

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O QUE ENCONTRAMOS?

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os dados coletados. Para tanto, o subdividimos em três seções: 1) na breve seção introdutória, indicou-se a relação entre as peças em análise e o contexto histórico em que foram escritas; 2) na segunda seção, temos a apresentação de cada peça (autor, enredo e personagens) e do recorte de dados em análise (pronomes possessivos em uso na 2ª pessoa); 3) na terceira seção é apresentada a análise dos dados agregados das três peças, considerando o contexto de uso definido na forma de tratamento. Os dados são observados à luz das propriedades semânticas da cordialidade, destacadas anteriormente. Pela apresentação e análise dos dados evidencia-se a nossa hipótese de pesquisa, ou seja, que os fenômenos de variação/mudança nos pronomes possessivos de 2ª pessoa, relacionados às formas de tratamento do PB, são motivados por um modelo cognitivo cultural específico, que caracteriza as relações interpessoais expressas em PB, cujas implicações teóricas serão melhor exploradas no capítulo seguinte.

5.1 Algumas palavras sobre o teatro brasileiro

A história do teatro brasileiro se confunde com a história do próprio Brasil⁶³. Em um Brasil colônia portuguesa, o primeiro momento do teatro brasileiro, século XVI, é marcado por peças

63 Cf. Fausto, 2002, pp. 557-67.

religiosas com fundo catequético, escritas pelos padres jesuítas que aqui vieram no processo de colonização. O segundo momento, ainda colonial, século XVII, é marcado pela pouca produção, dados os conflitos da época, dos quais se destacam a invasão holandesa, cujo tratado de paz foi reconhecido por Portugal e Holanda em 1661, e os núcleos de resistência quilombola, com a derrota do Quilombo de Palmares em 1695.

Apenas no século XVIII se avoluma a produção teatral secular, de palcos de rua, mas ainda voltada para traduções de autores europeus. Não por acaso, a próxima etapa, no século XIX, é de um teatro propriamente com as “cores nacionais”. O século XIX é marcado, dentre outros acontecimentos relevantes, pela vinda e instalação da família real portuguesa no Brasil (1808), o que elevará a então colônia à categoria de reino (1815) e, em seguida, à independência (1822). Faria (2012) esclarece:

O teatro brasileiro, entendido como um sistema integrado por escritores, artistas, obras dramáticas e público, constituiu-se apenas no período romântico, quando os nossos poetas, romancistas, dramaturgos e intelectuais, estimulados pela independência da pátria e pelo fervor nacionalista, dedicaram-se à criação de uma literatura própria, autônoma em relação à de Portugal. A poesia, o romance e as peças teatrais “vestiram-se com as cores do país”, poderíamos dizer, lembrando palavras de Machado de Assis. (FARIA, 2012, p. 7)

É, pois, no contexto da independência e da busca por autonomia, sob as influências de ideias de identidade e nação, que surge o teatro brasileiro. Dito de outro modo, em meio à busca por si mesmo enquanto país, por suas próprias peculiaridades culturais, surge um teatro nacional que, a nosso ver, registra na linguagem retratada um modelo cultural caracterizado por propriedades cordiais, como ilustraremos adiante.

5.2 Apresentação das peças e análises preliminares dos dados

Dedicamos as próximas subseções à apresentação e análise dos dados. Apresentamos os dados relativos à cada peça: contexto histórico, breve resumo, pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoas identificados bem como as formas de tratamento a eles relacionadas.

5.2.1 *O marido confundido, de Alexandre de Gusmão*

A peça *O marido confundido*, é uma comédia em 3 atos. Escrita por Alexandre de Gusmão, diplomata e literato brasileiro, nascido em Santos em 1695, foi interpretada pela primeira vez em 1737. Por não termos acesso ao manuscrito original, é importante destacar a observação feita pelo editor ao final do prefácio da obra, que garante a “exatidão” do texto: “Pusemos todo o cuidado em recolher o melhor e mais exato, e em grande parte o teremos conseguido. – vimos tudo o que a semelhante respeito se encontra no Códices Manuscritos da real Bibliotheca Pública Portuense” (GUSMÃO, [1737]1841, p. X).

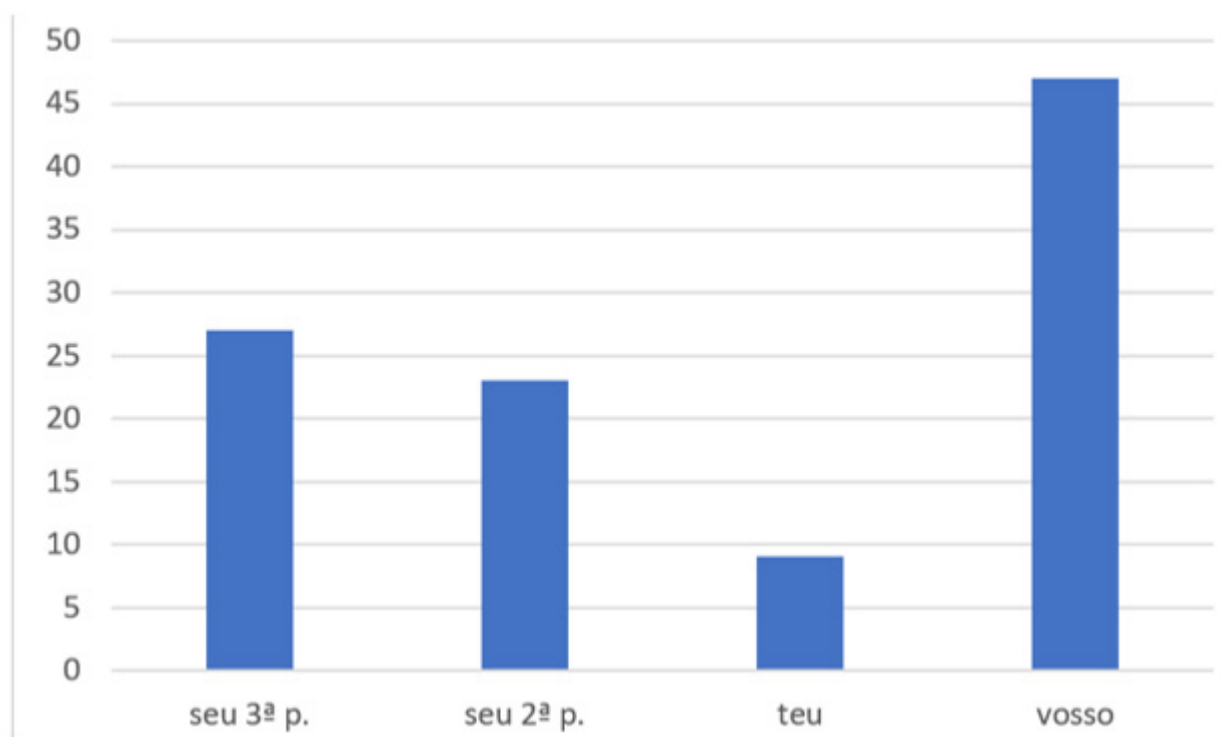
A peça foi escrita quando o Brasil era ainda colônia portuguesa. Como de Portugal teria vindo a forma de nossa cultura (HOLANDA, [1936]2015, p. 46), esse é considerado um momento de relevância para nossa pesquisa. A obra é a reescrita da peça homônima de Molière feita por Gusmão para um nobre português, mas não deve ser chamada de tradução, pois, como bem nos aponta o editor da coleção ao apresentar a peça, “He versão do francez, mas o autor de tal modo a transformou, e a alterou introduzindo-lhe algumas partes próprias ao nosso paiz, que se pode dizer que mais parece um original” (GUSMÃO, [1737]1841, p. 252).

O texto conta as desventuras do marido (Buterbac),

comerciante e vilarejo que, desconfiado de sua esposa (D. Ângela), de origem nobre, tenta provar aos pais da moça (Morgado de Bestiães e D. Pabuleta) a infidelidade dela e de seu amante (Visconde Leandro). Pascoela (criada de D. Ângela) e Lambaz (criado de Leandro) também aparecem como personagens de relevância. A temática afetiva se revela uma vez que os personagens em sua maioria têm relação familiar ou doméstica, o que não impedirá o tratamento formal, com hierarquia marcada. Os cenários são públicos e privados.

Compreendido o contexto da obra, vejamos os dados globais. São 50 ocorrências do pronome possessivo *seu*. Destas, 27 são de *seu* em 3ª pessoa (3ª p.) e 23 de *seu* interpretado como pronome de 2ª pessoa (2ª p.). Considerando os pronomes possessivos originais de 2ª pessoa, apresentam-se 9 ocorrências de *teu* e 47 de *vosso*, conforme se vê no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 1

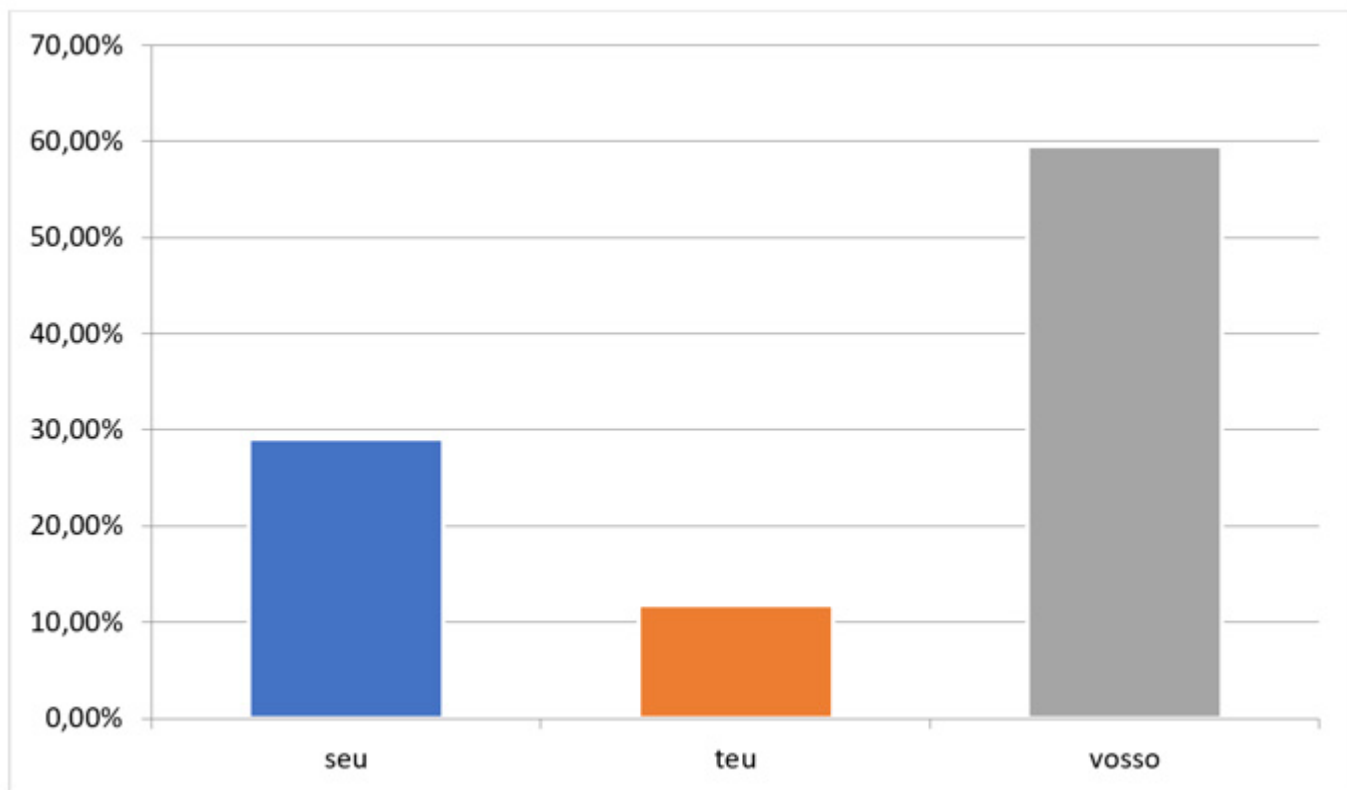


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Isolados os dados que se referem ao pronome possessivo *seu*, podemos observar que os dados globais confirmam os dados e as conclusões de Martins e Vargas (2014, p. 384) quando afirmam que o espraçamento do pronome *seu* parece não acompanhar, nesse momento ao menos, o espraçamento da forma *você*, e que o uso desse possessivo antes da segunda metade do século XIX “é já categórico para expressar a segunda pessoa, mesmo quando associado aos pronomes Vossa Mercê/Vossa Excelência e Vossa Senhoria”. Há apenas 12 ocorrências de *você* ante 23 de *seu* na 2ª pessoa, e apenas 3 das ocorrências de *seu* acontecem acompanhadas de *você*, das quais trataremos adiante. Confirma-se assim a proposta de Lucena (2016, p. 171) quando diz que “não se pode afirmar de forma categórica que o pronome *seu* acompanha a entrada do pronome *você* no sistema pronominal”. Os dados aqui colhidos indicam uso significativo de *seu* como pronome de 2ª pessoa, ainda que não chegue a ultrapassar o uso de *seu* na 3ª pessoa.

Isoladas as ocorrências de pronomes possessivos de 2ª pessoa – *seu*, *teu* e *vosso* –, podemos notar mais claramente a proeminência de cada pronome. Apresentaremos agora os dados anteriores de maneira relativa apenas aos usos de 2ª pessoa: 47 usos de *vosso*, que correspondem a 59,49%, seguido por 23 usos de *seu*, que correspondem a 29,11%, e 9 usos de *teu*, que correspondem a 11,84%. O Gráfico 2 apresenta os dados em números percentuais:

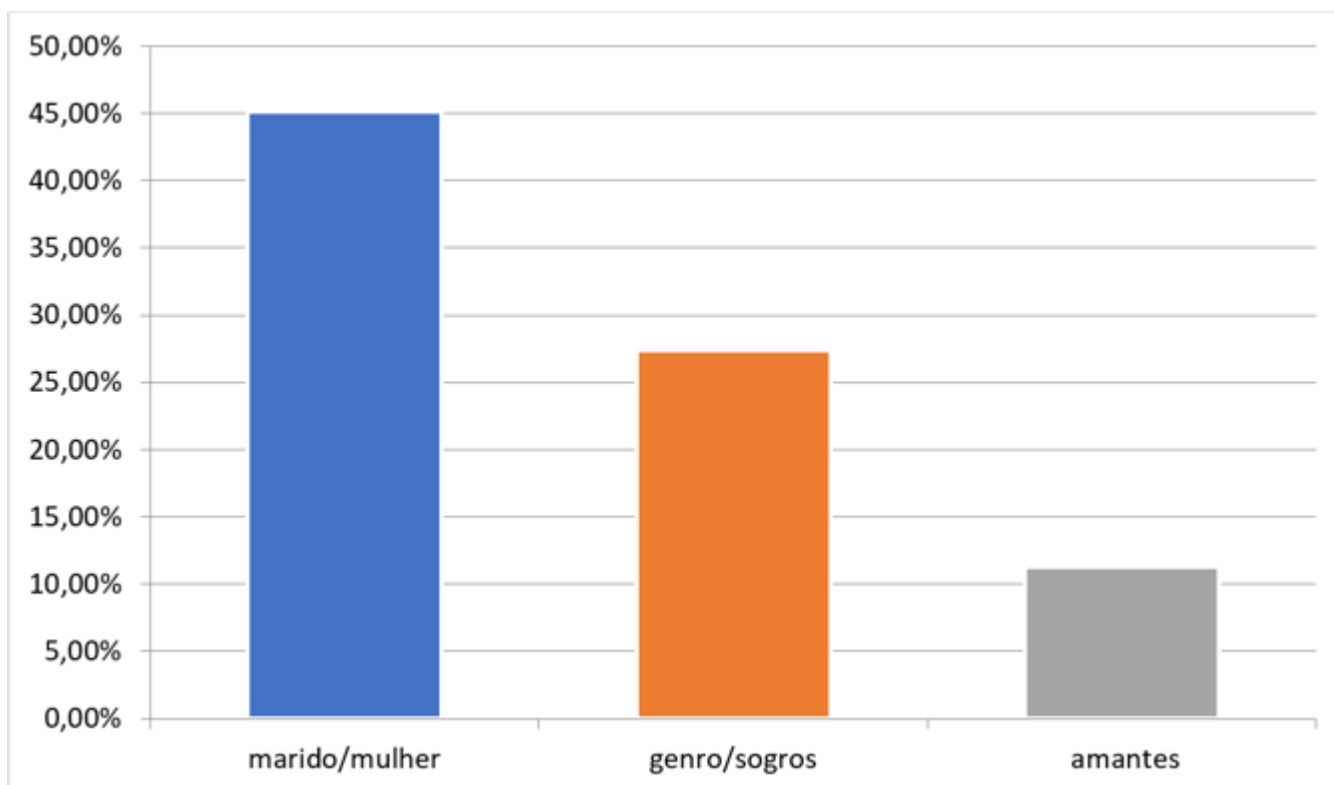
Gráfico 2 – Ocorrências de pronomes em 2ª pessoa – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os dados indicam, quando mostram a preferência pelo uso de vosso, a opção por uma estratégia mais formal de tratamento entre os interlocutores. Detalhamos a seguir os contextos de uso das formas com base nas ocorrências analisadas: das 47 ocorrências do possessivo vosso, 26 se dão em diálogos entre Buterbac e D. Ângela (o marido e a esposa, esta nobre), 18 em diálogos entre Buterbac e Morgado de Bestiães ou D. Pabuleta (genro e sogros, homem comum e fidalgos) e 3 entre D. Ângela e o Visconde Leandro (amantes fidalgos).

Gráfico 3 – Ocorrências de vosso – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Vejam os alguns exemplos de ocorrência dos três tipos de interação. Observa-se que o vosso é o lugar da hierarquia (marca da fidalguia) e dos tratos formais, portanto um vosso que denota maior formalidade conforme o modelo cultural.

- Marido/mulher

(1) But. – Apesar de **vossos** disfarces, bem conheci a verdade do que tinham referido; e a pouca atenção que fazeis do laço que nos une. (faz Leandro cortesia a Angélica) Valha-me Deus! Deixemos por ora essas cortesias. Não he dessa casta de atenções, que fallo; e assim escusai de faser escarneo.

Ang. – Eu faser escarneo? De nenhum modo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 284)

- Genro/sogros

(2) But. – Oh que desesperação! Como! minha mulher não he minha Companheira?

D. Pab. – Sim, Genro, está na **vossa** companhia mas he para a venerares como sois obrigado, e não para teres a confiança de chama-la **vossa** Companheira. Que mais podereis vos dizer, se vos houvésseis recebido com uma de **vossa** ralé? (GUSMÃO, [1737]1841, p. 263)

- Amantes (nobres)

(3) Lean. – Por certo que as **vossas** prendas se fasião merecedoras de melhor dias e quando a naturesá vos formou tão perfeita, não foi para ser mulher de um vilão ruim. [...]

Pasc. – Senhora, se tem ainda que diser mal de **seu** marido, avie, que já he tarde.

Lean. – Ah Pascoela, que assim hes cruel!

Ang. – Ella tem rasão; he preciso apartarmo-nos. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 306)

Os dados indicam que o possessivo **vosso** marca formalidade e hierarquia, ocorrendo entre personagens que mantêm relações formais mesmo em relações de afeto (personagens nobres) e maior proximidade. Se observarmos o contexto, as formas de tratamento também revelam formalidade. Nota-se que “Genro”, no exemplo (2), é a expressão usada pela proximidade parental, mas ainda é utilizada para marcar o distanciamento de posição hierárquica social entre o genro e a sogra, posto que o tratamento não pode ser recíproco, ou seja, Buterbac não pode chamar D. Pabulea de sogra; seria impróprio devido ao título de nobreza dela, como fica evidenciado no diálogo da página 261:

- Genro e sogra

(4) But. – Essa não está má; a quem me chama de **seu** Genro, parece-me que me será licito chamar-lhe minha Sogra.

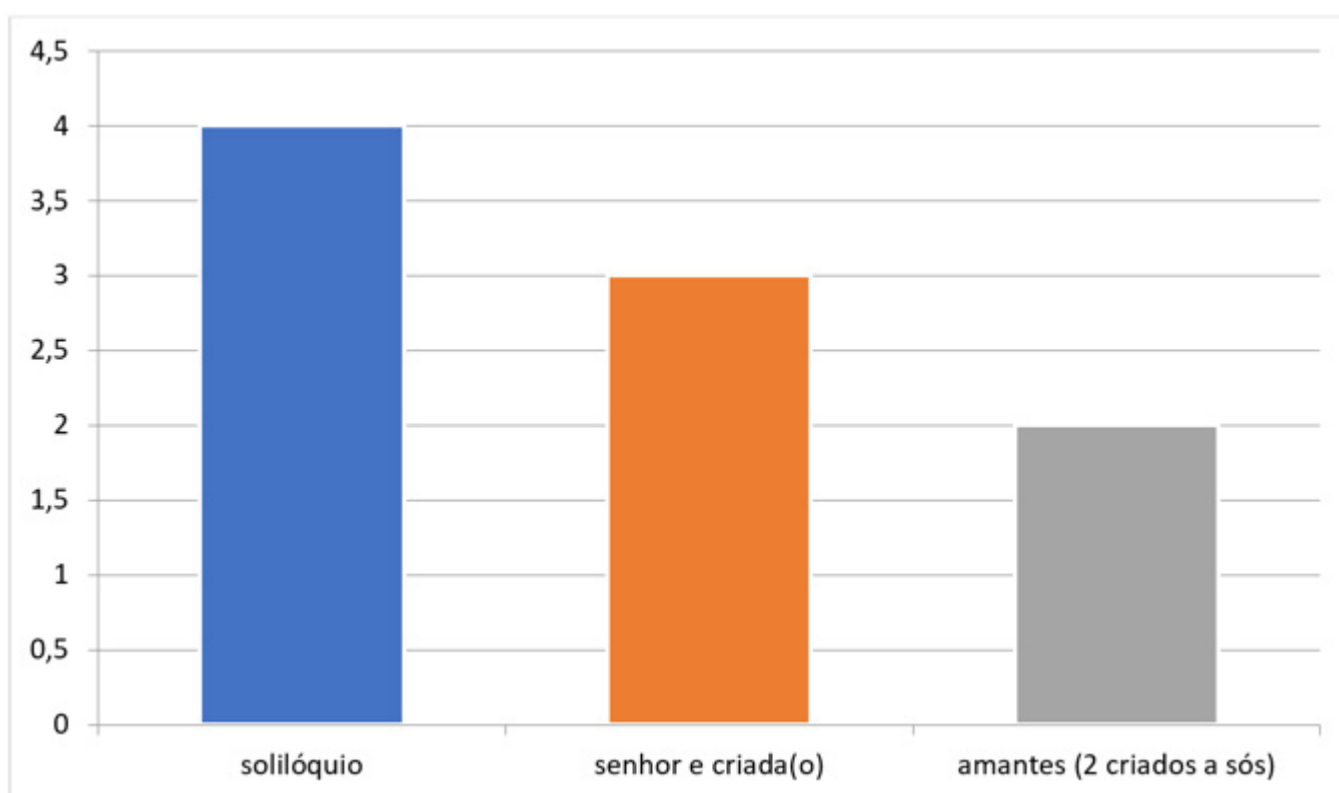
D. Pab. – Ahi ha muito que diser, o as cousas não são iguaes. Haveis de saber que vos não compete a vós usar desse nome com uma pessoa do meu nascimento; que supposto sejais nosso Genro, vai muita differença de vós a nós, e deveis conhecer-vos.

(GUSMÃO, [1737]1841, p. 261)

Assim, mesmo na situação em que o diálogo é entre amantes, deve-se destacar duas circunstâncias de contexto: ambos são nobres e podem ser ouvidos por seus criados enquanto se falam.

As 9 ocorrências de *teu* estão assim distribuídas, em números absolutos, no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Ocorrências *teu* – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os usos do pronome *teu* revelam que, de maneira oposta ao *vosso*, *teu* é lugar da intimidade (solilóquio), afetividade (amantes) e informalidade (ausência da hierarquia senhor/criada). Vejamos exemplos extraídos do texto:

- Solilóquio

(5) But. – E pois **Buterbac!** Olha de que modo te trata **tua** mulher. Eis aqui em que parou o queres casar com uma fidalga. Faz de ti o que-bem lhe parece, sem que te possas vingar; porque a fidalguia te ata as mãos. Quando um homem casa com mulher

da sua igualha, tem ao menos a honra do marido a consolação de um livre desafogo: se te acháras com uma da **tua** esfera, nenhum obstaculo terias agora para te faser, justiça com um bom arrocho; porem tu quiseste provar, que gosto tinha uma mulher nobre: já estavas enfadado de seres dono da **tua** casa? Ora toma. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 259-60)

(6) But. – Oxalá fôra ela **tua**! Tu mudaras de parecer. Porem já basta; quero recolher me. (entra e fecha a porta). (GUSMÃO, [1737]1841, p. 306)

- Amantes (criados Pascoela e Lambaz, a sós)

(7) Lamb. – Não faltemos mais nisso, escuta.

Pasc. – Que he o que hei de escutar?

Lamb. – Volta essa **tua carinha** para mim

Lamb. – Olha cá, para que estamos com ceremomas? Se tu quiseres serás minha mulher, e eu serei **teu** marido; e assim seremos ambos marido, e mulher. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 280-81)

- Senhor e criada (Buterbac fala a Pascoela)

(8) Pasc. – Pela minha vida, que he forte aleive.

But. – Cala-te, **Birbantona**; que tenho boas noticias **tuas**, e bem sei, que foste a que introduziste o mensageiro.

Pasc. – Quem eu?

But. – Sim, tu mesma; não te faças tão delambida.

[...]

Pasc. – Ah **Senhor**, eu tive.

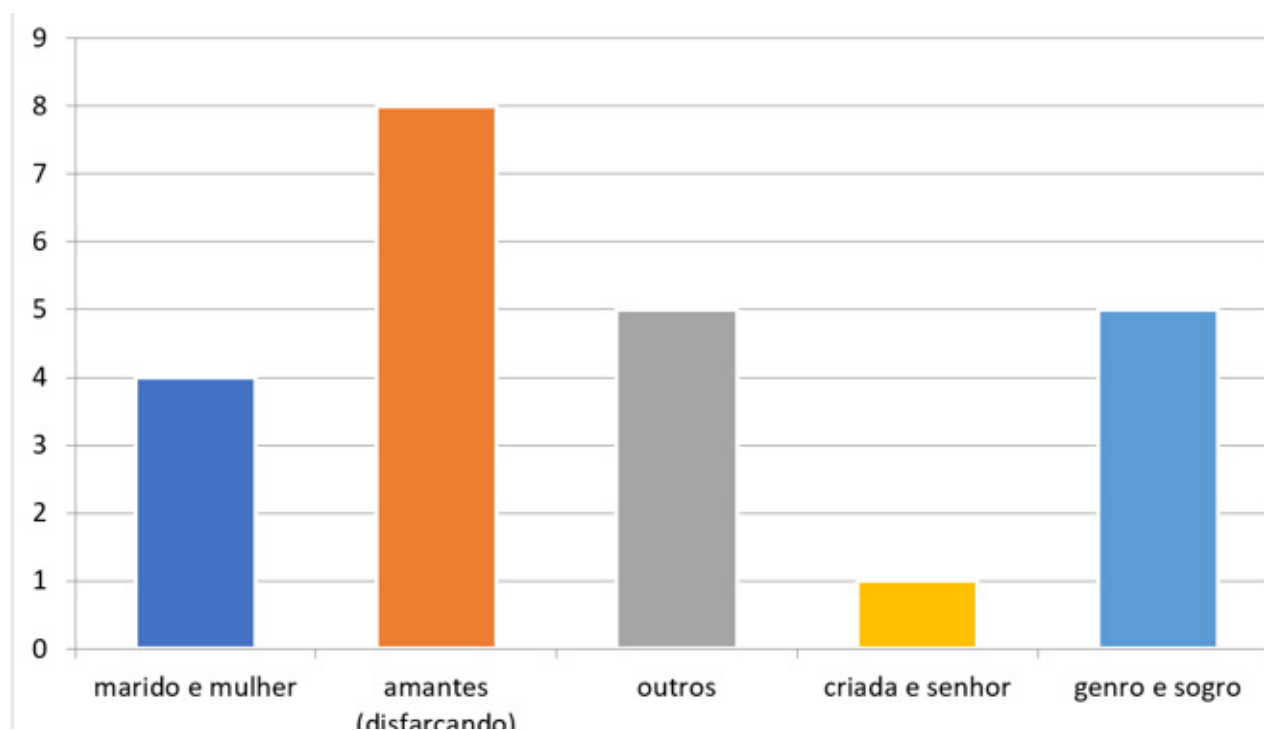
But. – Cala essa boca **patifona**; parece que não me queres entender, olha que bem poderás pagar pelos outros, que **teu** Pai não he fidalgo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 275)

Os dados apresentam um *teu* que ocorre em contexto mais pessoal, mais afetivo e com menor formalidade. As formas de tratamento trazem primeiro nome e mesmo alcunhas carregadas de valor pejorativo. É *teu*, pronome possessivo de 2ª pessoa, o escolhido pelos amantes não fidalgos que se declaram a sós (menor

formalidade e maior pessoalidade); é o escolhido também para expressar a fúria (maior afetividade) e falta de respeito e hierarquia da parte de quem fala em relação a com quem se fala, que dispensa, pois, a formalidade do senhor para a criada (menor formalidade); é igualmente o pronome escolhido para expressar os pensamentos a si mesmo, na intimidade consigo (maior pessoalidade). Enfim, é com *teu* que encontramos um diminutivo, *carinha*, relacionado a uma forma de tratamento (maior afetividade).

Se *vosso* é lugar de hierarquia e formalidade e *teu* o lugar de pessoalidade e afetividade, *seu* ocupará, mais claramente, naquele momento, conforme os dados analisados, o lugar de *vosso*, corroborando o observado por Lucena (2016, p. 172). As 23 ocorrências do pronome possessivo *seu* estão assim distribuídas:

Gráfico 5 – Ocorrências de *seu* de 2ª pessoa – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O primeiro ponto a notar é a diversidade de diálogos – situações comunicativas – à qual o possessivo *seu* se aplica. Os dados indicam que a tal polivalência está correlacionada maior amplitude semântica. Observemos os diálogos:

- Amantes (diante do marido, dissimulando a falta de intimidade)

(9) D. Pab. – Pelo que toca a isso o ciúme há terrível cousa; aqui trago **minha filha** para deslindar o enredo em presença de todos.

Lean. – He **V. Sa.**, minha **Senhora**, quem disse a **seu** marido, que eu estava namorado da **sua** pessoa?

Ang. – Eu? A que proposito lho havia eu de diser? Porque? Por ventura isso he assim? Tomara eu vê-lo certamente, que **V. S.a** se namorasse de mim. Não fará o favor de se metter nisso; eu lhe déra esse conselho. Olhe recorra ás traças dos amantes, e experimente assim por brinquedo de me enviar **recadinhos**, escreva-me ocultamente escritos d'atnores, esperte os instantes em que meu marido não estiver em casa, ou as ocasiões em que eu for fora para me vir fallar de **seu** amor; venha, sim, venha, que eu lhe prometto, que será recebido em fórma que lhe lembre para muito tempo.

Lean. – Viva descançada, minha **Senhora**, que comigo não tem que recear: eu não sou homem que cause o minimo dissabor ás Senhoras, e venero muito a **V. S.a** e aos seus Parentes, para quo houvesse de intentar namorar-me da **sua** gentileza. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 273-74)

- Genro e sogro (para o Visconde Leandro)

(10) Morg. – E peço a **V. S.a** que me tenha.

But. – E peço a **V. S.a** que me tenha.

Morg. – Na conta dos **seus** criados.

But. – Ora **Senhor**, **V. S.a** está zombando; quer que eu me chame criado de quem me quer faser cornudo? (GUSMÃO, [1737]1841, p. 276)

[...]

(11) Morg. – Não Senhor, quero que acabe, e que as cousas vão em fórma. Disei: na conta dos **seus** criados.

But. – Na... na... na... na conta dos **seus** criados.

Lean. – Eu que o sou de **V. M.cs**, e o passado passado. **V. S.a** se fique embora, e sinto que tivesse este detrimento. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 278-79)

- Marido e mulher (nobres)

(12) Morg. – **D. Pabulea** vai ter com **sua** filha, em quanto eu, e meu **Genro** imos faltar ao tal mancebo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 269)

- Criada e senhor (Pascoela fala a Buterbac)

(13) Pasc. – Por certo que merecia que a **Senhora** fizesse o **seu** dito verdadeiro, se fora comigo não me havia de faser de rogar. Sim, meu **Senhor**, será muito bem feito, para o ensinar, que **V. S.a** namore minha ama. Vá por minha conta, que he bem empregado; aqui me tem **V. S.a** muito á **sua** ordem para o servir, já que o **Senhor** assim mo imputa. (Vai-te.). (GUSMÃO, [1737]1841, p. 275)

- Outros

(14) Lean. – Com que he **seu** Genro de **V. S.a** quem...

Morg. – Sim **Senhor**, elle foi mesmo quem me fez a queixa.

Lean. – Por certo que pôde agradecer a Deus a vantagem que tem de ser cousa **sua**; quando não, eu lhe ensinara a diser semelhantes cousas das pessoas como eu. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 272)

Nesses casos, o possessivo *seu* marca hierarquia, formalidade, como o *vosso*, ocorrendo com os mesmos falantes: marido e mulher, genro e sogros, amantes quando podem ser ouvidos, todos diálogos com a participação de personagens fidalgos. Destaca-se no caso dos amantes que no momento do uso de *vosso* o objetivo parece ser o de manter formalidade coerente com o *status* social, todavia no momento da escolha de *seu* o objetivo foi dissimular a falta de intimidade, menor pessoalidade. Nota-se que aqui, a fim de dissimular a verdadeira relação que os envolvia, D. Ângela e Leandro optam pelo uso de *seu*, não de *vosso*. Parece-nos, pois, indicativo de diferença semântica e pragmática, outra propriedade cordial associada.

Há também um elemento novo no uso de *seu*, que aqui chamaremos de deferência: “**seus** criados”, presente nos trechos 10 e 11, recém-citados. Nota-se que deferência, ao menos um dos

aspectos da afetação ou com valor de afetividade (definido na nota 13), não é o mesmo que formalidade. O formal promove a distância, mas na afetação há certa proximidade, indesejada se dirigida de um “homem ordinário” a um nobre.

Os dados indicam ambivalência do pronome *seu* havendo, assim, um traço a mais observado, isto é, certa formalidade associada à deferência, semelhante ao que Kerbrat-Orecchioni (2011) e Matsumoto (1988) observaram em relação ao japonês, ou seja, formalidade, mas que exhibe valor afetivo e de proximidade. No caso brasileiro, entretanto, diferentemente do japonês, tal deferência parece amenizar uma imposição. Todavia, *seu* ocupa majoritariamente espaços de *vosso*, preponderantemente formal. Isso posto, pode-se afirmar, com Lucena (2016), que o possessivo *seu*, naquele momento, concorre com *vosso*. O contexto de maior formalidade em que *seu* é usado pode ainda ser evidenciado se observadas as formas de tratamento preponderantes: *V. S.a.* e *Senhor*.

É interessante, além disso, refletir sobre os elementos trazidos pelo texto referentes ao *você*. Os dados confirmam os trabalhos de Duarte (2003), Machado (2006) e Rumeu (2013) que apontam *você*, naquele momento, como forma de tratamento e ainda não como pronome. Observamos também que, como tal, permanece formal. Citamos uma passagem para ilustrar o exposto:

(15) Morg. – Sim, Genro, assim se começa. Ao exemplo dos de casa, se movem os de fora. Que melhor podemos nós fazer do que ir seguindo o que se costuma na Côrte. Ouvi me vós. Bem vejo que isto não serve para vós, que sois homem ordinario; mas sempre convem que vo-lo explique para poder ensinar vossos filhos. Eis aqui o que eu observo, e que me consta que se estila na Côrte. Eu dou a Senhoria a Fulano, a fim de que Fulano ma torne. Esta he já a regra geral: mas na pratica della he preciso usar de algumas precauções. **Solta-se primeiro por chamariz um Vossia, que he certa palavra hermafrodita, que se pôde igualmente interpretar por**

Senhoria, e por Vossê. Manda se esta á fortuna, como uma guarda avançada a descobrir se ha no campo amigos, ou inimigos. Se me respondem ao Santo he sinal que estamos d’acordo, largo atraz daquella expressão a de Vossia, **que he o segundo explorador, já com menos rebuço**, e se este encontra boa correspondencia, ficão seguras as amisades, e correm livremente de parte a parte as Senhorias claras, e esburgadas. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 262-63)

Observa-se que nesse excerto temos um discurso meta linguístico que nos ajuda a compreender de maneira clara o uso no memento de escrita da peça. Trata-se *Vossê* de um termo pronominal mais formal, equivalendo-se a *Senhoria* e a *Vossia* no tratamento na “Côrte”, entre fidalgos.

O *vossê* pronominal pode ser observado também nas ocorrências com *seu*. O diálogo a seguir se passa entre Lambaz (criado de Leandro, o amante) e Buterbac (o marido traído). Contudo, ao contrário de Buterbac, Lambaz não sabe com quem fala, pois acaba de conhecer o senhor que acredita ser um vizinho de Buterbac, não o próprio. Assim, parece-nos que *vossê* representa um tratamento genérico, como apontado no diálogo anterior, mas sem proximidade, e *seu*, com o qual ele concorda, um tratamento que guarda certa impessoalidade. Observa-se ainda que, em resposta ao tratamento *vôsse*, o interlocutor parece tentar estabelecer vínculo, buscar maior proximidade, com o tratamento *amigo*, no que parece não lograr êxito.

(16) Lamb. – Sim, **vossê**. Logo o foi pôr no bico ao marido, e por **sua** culpa andou lá tudo azul. Estimo muito saber, que he linguarudo, escusarei de lhe coutar mais nada.

But. – Ora escuta, meu **amigo**.

Lamb. – Se **vossê** não fosse mexeriqueiro, saberia agora o que vai; mas escusa-lo-ha para **seu** castigo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 290)

Note-se, ainda, que os trechos com ocorrência de *vossê* no

texto parecem confirmar Rumeu (2013) quando se refere às relações assimétricas de superior para inferior e ao conteúdo semântico negativo que a expressão pode assumir em algumas situações sócio-pragmáticas: *vossê*, acompanhando de *seu*, é o pronome escolhido por Lambaz para se dirigir com irritação ao recém-conhecido. Em outro momento, Buterbac dirigindo-se a Leandro, tomando este na condição de amante de sua esposa, não de um fidalgo, dirá:

(17) But. – Não, não, não pôr o mel pelos beijos com tanta facilidade, e bem sei que tudo o que me disserão foi muita verdade. Não sou tão cego como *vossês* cuidão, e não lhe pareça que me capacito dos *seus* artificios. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 284)

Ou quando Buterbac se dirige à esposa e à criada: (18) “But. – Como assim se atrevem *vossês*...”. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 315).

O texto da peça, na voz das personagens, captura também que o tratamento em 3ª pessoa assume, naquele momento histórico, sinal de prestígio e distanciamento. Vejamos um excerto ilustrativo do fato. Em mais uma passagem metalinguística o fidalgo conta ao genro como nobres se tratam entre si:

(19) Morg. – Ora ouvi, que isto importa mais do que vos parece. Se o sujeito me falia por terceira pessoa, adargo-me na mesma forma, e nella me mantenho até que o tempo faça o milagre. Mas, se me responde por *mercê* (que só algum melancólico se encontra hoje, que se obstine nessa antigualha) assento-o em lembrança, para evitar d’aliem diante a sua conversação. Isto que vos tenho dito, se entende com os que são Cavalheiros, ou com aquelles de quem dependo; porque com essoutros escudeirotos e peões de tres ou quatro avós, e com outra gente inferior, se duvidam dar-me *Senhoria*, fujo de fallar-lhes, e dessa sorte são elles os que ficão peor, porque se privam da honra de tratar comigo. (GUSMÃO, [1737]1841, p.263)

As ocorrências de *seu* acompanham *vossê*, mas também o

V. Mces., *V. S.*, *Senhor* e *Senhoria*, corroborando o que propõem Martins e Vargas (2014). Entretanto se deve notar que, entre marido e mulher, ambos fidalgos, também se registra a ocorrência do uso do prenome acompanhado de título: *D. Pabuleta*, por exemplo. O uso do prenome indica uma situação mais pessoal – apontado inclusive por Holanda como marca de pessoalidade, conforme anteriormente expresso – e é chamado por Kerbrat-Orecchioni (2011) de “proximidade com deferência”, que a linguista não encontrou em seus estudos sobre o francês. A ocorrência desse comportamento de aproximação com deferência já havia sido registrada na expressão “**seus** criados”. Esse é mais um dado compatível com a possibilidade de *seu* como modulação de *vosso*, uma variante concorrente, ou seja, um termo da periferia que guarda diferenças de propriedades em relação ao centro, em termos de Sociolinguística Cognitiva, como em Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). É especialmente relevante apontar que essa modulação se dá em direção à maior proximidade com o interlocutor, quer dizer, a marca da cordialidade como a compreendemos.

Por fim, acreditamos que a apresentação quantitativa dos dados relativos às formas de tratamento pode nos revelar mais claramente o contexto de uso de *seu*. Destaca-se que temos 249 formas de tratamento totais em números absolutos; 93 delas, que correspondem a 36,84% do total, são nominais; e 156, que correspondem a 63,15% do total, são pronominais.

Dentre as ocorrências das formas de tratamento nominais (93), temos: 54 alcunhas, que correspondem a 61,5%; 35 primeiros nomes, que correspondem a 35,2%; e 4 diminutivos, que correspondem a 3,3%.

Dentre as formas de tratamento pronominais (156), temos: 64 *Vossa Senhoria/V. S.*, que correspondem a 41,03%; 17 *Vossa Mercês/V. Mcês*, que correspondem a 10,89%; 12 *vossê/vossês*, que correspondem a 7,69%; 3 *vossia*, que correspondem a 1,92%; 8

ocorrências de título, que correspondem a 5,13%; 4 *Dona/D.*, que correspondem a 2,56%; e 48 *senhor/senhora*, que correspondem a 37,77%. Vejamos na Tabela 1 a expressão desses resultados:

Tabela 1 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (249) – texto 1

Formas de tratamento	Número absoluto	Número relativo (%)
Diminutivo	4	1,6
Primeiro nome	35	15,05
Alcunha	54	21,68
Vossa Senhoria/V. S.	64	25,06
Vossa Mercês/V. Mcês	17	6,8
Vossia	3	1,2
Vossê/Vossês	12	4,8
Dona/D.	4	1,6
Título (Morgado)	8	3,2
Senhor/Senhora	48	19,2
Total	249	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Quando olhamos o total das ocorrências de diminutivos no texto em números absolutos, 17, observamos que apenas 4, que correspondem a 23% do total de ocorrências, são utilizados como forma de tratamento. Esse dado ilustra a escolha do autor independentemente do estilo, pois aponta, dentre os diminutivos usados, quantos funcionam como formas de tratamento. Em outras palavras, não se capta se o autor faz maior ou menor uso do diminutivo, mas qual contexto ou função sintática/semântica de tratamento na relação interpessoal. Esse dado mede a escolha

do diminutivo como forma de tratamento, ou seja, o diminutivo dirigindo-se à pessoa. Associando esse dado aos números gerais das formas de tratamento expressos na Tabela 1 e considerando seu total, o texto 1, em que *seu* aparece como concorrente de *vosso*, pode ser caracterizado como um texto com mais marcas de formalidade no tratamento.

5.2.2 O juiz de paz da roça, Martins Pena

Dramaturgo e diplomata, Martins Pena, considerado o fundador do teatro nacional (COSTA, 1989, p. 2), nasceu no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1815. *O juiz de paz da roça* é sua primeira peça, uma comédia em ato único. Escrita em 1837, foi encenada pela primeira vez em 4 de outubro de 1838, no Teatro de São Pedro, na cidade do Rio de Janeiro. O Brasil acabava de se tornar independente (1822) e iniciar seu período Imperial. Em consequência de seu primeiro imperador, D. Pedro I, que também era o príncipe herdeiro português, retornar a Portugal para assumir o trono, e de D. Pedro II, príncipe brasileiro, ainda ser uma criança de 5 anos, o país viveu o período de governos regenciais (1831-1840):

A tendência vencedora após 7 de abril [de 1831] foi a dos liberais moderados, que se organizavam de acordo com a tradição maçônica na Sociedade defensora da liberdade e Independência Nacional. Entre eles havia uma alta proporção de políticos de Minas, São Paulo e do Rio de Janeiro. Havia também uma presença significativa de padres e alguns graduados por Coimbra. (FAUSTO, 2002, p. 162)

Dentre os clérigos da tendência vencedora estava Padre Feijó, primeiro regente uno (1831-1837). Contudo, o Período Regencial foi um dos mais conturbados da história brasileira, marcado por conflitos separatistas e ideológicos. Não apenas a unidade territorial,

mas também a conceitual de país estava em ebulição:

Na oposição ficavam, de um lado, os “exaltados”, e de outro os absolutistas. Os exaltados defendiam a federação, ou seja, a efetiva autonomia das províncias, e as liberdades individuais; alguns como Cipriano da Mata e Borges da Fonseca eram adeptos da república. Os absolutistas, chamados de “caramurus”, muitos deles portugueses, com postos na burocracia, no Exército e no alto comércio, lutavam pela volta ao trono de Dom Pedro I. (*Ibidem*, p. 162)

Travava-se, pois, de um conflito de concepções de país e de ideias de nação que, em última instância, oscilavam entre os interesses dos nascidos em território brasileiro e dos portugueses que aqui estavam. É nesse contexto que Martins Pena escreve *O juiz de paz da roça*. Silva (2018) citando Basile (2009, p. 97) nos lembra a importância de um juiz de paz como personagem, porque “ele traduzia a ordem em meio aos conflitos entre os poderes locais e o poder central dos regentes, a fim de manter uma almejada estabilidade político-social” (SILVA, 2018, p. 25).

A peça se desenvolve em ambiente rural, no interior do país da primeira metade do século XIX, e nos narra de maneira bem-humorada o dia-a-dia de um juiz de paz, suas decisões e a relação com os moradores do lugarejo. Os personagens principais são: o Juiz de paz; o Escrivão do Juiz de paz; Manuel João, lavrador e guarda nacional; Maria Rosa, esposa de Manuel João; Aninha, filha de Manuel João; e José da Fonseca, amante de Aninha. Interessante notar que apenas o Escrivão e o Juiz de paz⁶⁴ são tratados pelas demais personagens pelo nome do cargo. As demais, ainda que tenham cargo conhecido, como o caso de Manuel João, que seria guarda nacional, são tratadas por primeiro nome, diminutivo

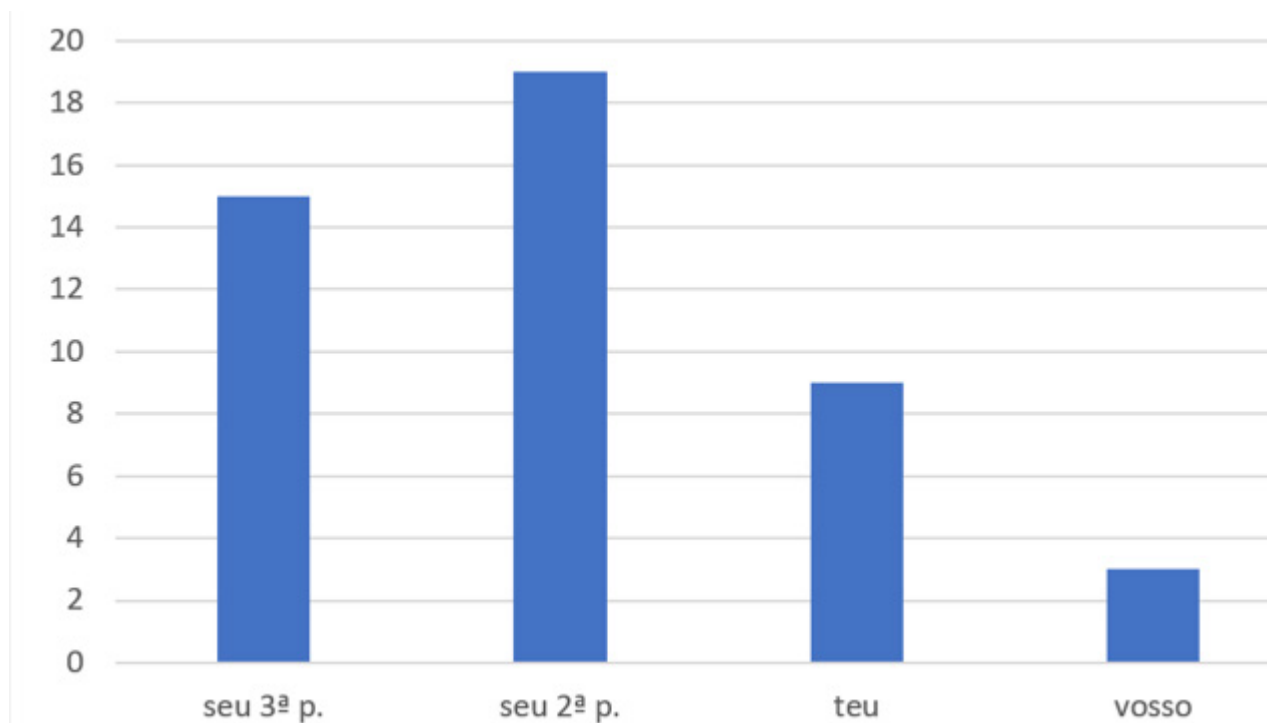
64 Manteremos em letras maiúsculas as iniciais das funções profissionais que se equivalem à identificação do personagem, a saber, o Escrivão e o Juiz de paz. O Escrivão não tem nome, é identificado exclusivamente pela sua função. Do Juiz, só saberemos o nome na última cena.

(*Aninha*), ou um tipo de epíteto ou alcunha, como *menina*, *rapaz*, *homem*, *mulher*, *amigo* e *bruxa*.

Pode-se dizer que a peça tem dois núcleos: o privado, representado pela família de Manuel João, e o público, representado pelo Juiz de paz e pelo Escrivão. Há cenários públicos e privados, mas o destaque é a mistura dos dois relacionada ao Juiz: a sala de casa é tribunal e também salão de festas; requerentes são também convidados da festa; o Juiz recebe presente de requerente, passando a ideia de possibilidade ou intenção do requerente de mostrar-lhe apreço e ganhar-lhe o afeto. Um Juiz que pede ao Escrivão que se revogue a constituição para que se possa caçar os direitos de um desafeto. Esse trato afetuoso e pessoal, onde se deveria esperar maior distanciamento formal, especialmente enquanto personagens que exercem função pública e por ela são tratados, é parte fundamental do humor da peça.

Compreendido o enredo, vejamos os dados. Os dados globais dos pronomes possessivos *seu*, *teu* e *vosso* já indicam maior uso do pronome possessivo *seu* na 2ª pessoa (19) que na terceira pessoa (15), assim como sua proeminência em relação aos demais pronomes de 2ª pessoa: 9 ocorrências de *teu* e 3 de *vosso*. Esse aumento está provavelmente relacionado à queda do uso de *vosso*, já registrada por Menon (1997). Em outras palavras, os dados ilustram a paulatina cooptação de *seu* para a 2ª pessoa, conforme se vê no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 2

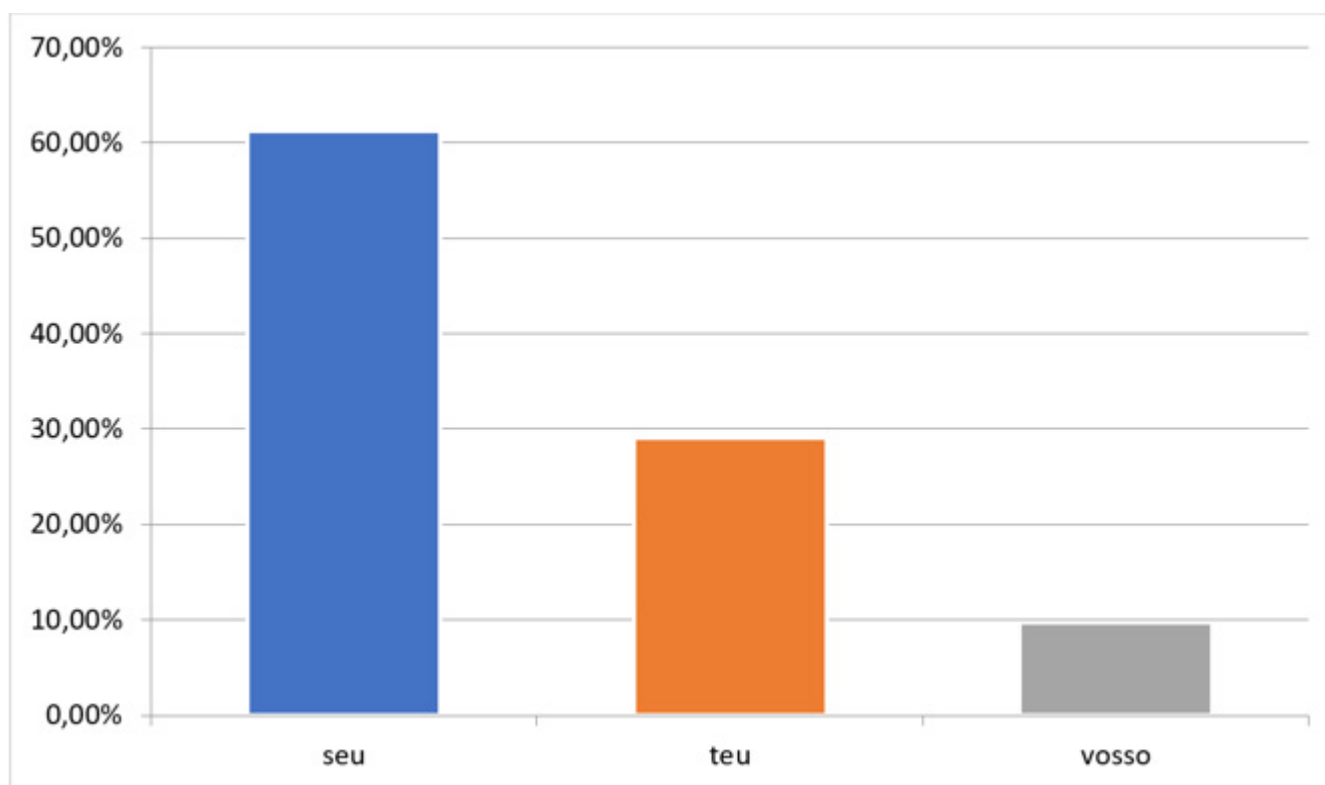


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ainda na primeira metade do século XIX confirma-se o uso já consistente de *seu* na 2ª pessoa, o que também está de acordo com Martins e Vargas (2014, p. 384): “[...] tal resultado parece apontar para um comportamento diferenciado do pronome possessivo em relação ao pronome sujeito [você] na diacronia do PB”, como dito anteriormente. Isso corrobora nossa tese de que o pronome *você* certamente influencia o *seu* de 2ª pessoa, mas não deve ser considerado como único fator motivador do fenômeno de variação/mudança.

No Gráfico 7, em dados relativos, observa-se mais claramente a incidência de cada pronome em relação aos usos da 2ª pessoa: 19 ocorrências do pronome *seu*, que correspondem a 61,29% do total; 9 de *teu*, que correspondem a 29,03%; e 3 de *vosso*, que correspondem a 9,68%:

Gráfico 7 – Ocorrências de pronomes em 2ª pessoa – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando mais de perto as ocorrências de cada pronome, nota-se que as 3 de *vosso* são, respectivamente: 1 entre Escrivão e Manuel João (guarda nacional), estando o escrivão no papel de transmitir a ordem do Juiz; 1 entre o genro e o sogro, quando o genro se apresenta a ele; 1 entre o Juiz e o guarda, quando o primeiro toma conhecimento do casamento da filha do guarda. Todas, pois, situações com marcas de maior formalidade, o que se pode aferir pela associação à forma de tratamento *senhor* em (20) e (22), e *senhor* e *Vossa Senhoria* em (21). Em (20), chama atenção a formalidade do *vosso* no tratamento do genro a Manuel João, em oposição à preferência pelo *teu* quando, no mesmo diálogo, Manuel João dirige-se à filha.

- Genro para sogro

(20) ANINHA – **Meu pai**, aqui está meu marido.
MANUEL JOÃO – **Teu** marido?!

JOSÉ – Sim **senhor**, seu marido. Há muito tempo que nos amamos, e sabendo que não nos daríeis o **vosso** consentimento, fugimos e casamos na freguesia.

MANUEL JOÃO – E então? Agora peguei com um trapo quente. Está bom, levantem-se; já agora não há remédio. (ANINHA E JOSÉ LEVANTAM-SE. ANINHA VAI ABRAÇAR A MÃE). (PENA, [1837]2018, p. 26)

- Juiz e Manuel João (guarda nacional)

(21) MANUEL JOÃO – **Vossa Senhorita** não se aflija, êste homem está casado.

JUIZ – Casado?!

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**, e com minha filha.

JUIZ – Ah, então não é rebelião... Mas **vossa** filha casada com um biltre dêstes?

MANUEL JOÃO – Tinha-o prêso no meu quarto para levá-lo amanhã para a cidade; porém a **menina**, que foi mais esperta, furtou a chave e fugiu com êle. (PENA, [1837]2018, p. 28)

- Escrivão e Manuel João (guarda nacional)

(22) ESCRIVÃO – (zangado) O **senhor** juiz manda dizer-lhe que se não fôr irá prêso.

MANUEL JOÃO – Pois diga com todos os diabos ao **senhor** juiz que lá irei.

ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às **vossas** ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado. (PENA, [1837]2018, p. 8)

Observando mais amplamente o contexto do diálogo parcialmente exposto em (22), no diálogo completo exposto em (24) é significativo que **vosso** apareça justamente quando a possibilidade de alcançar êxito por um tratamento menos formal, mais afetivo e pessoal, *meu amigo*, não obtêm sucesso no convencimento. Nesse momento de insucesso da pessoalidade, recorre-se à via da imposição da autoridade, da formalidade da ordem e, não por acaso em nossa perspectiva, o falante opta pelo **vosso**. Tudo se passa

como se houvesse estágios ou etapas na condução do tratamento: de afetividade e pessoalidade (primeira estratégia) à formalidade trazida pela imposição hierárquica da posição oficial:

(24) ESCRIVÃO – Mas, **meu amigo**, os rebeldes têm feito por lá horrores!

MANUEL JOÃO – E que quer o **senhor** que se lhe faça? Ora é boa!

ESCRIVÃO – Não diga isto, **senhor** Manuel João, a rebelião...

MANUEL JOÃO – (gritando) E que me importa eu com isso?... e o **senhor** a dar-lhe...

ESCRIVÃO – (zangado) O **senhor** juiz manda dizer-lhe que se não fôr irá prêso.

MANUEL JOÃO – Pois diga com todos os diabos ao **senhor** juiz que lá irei.

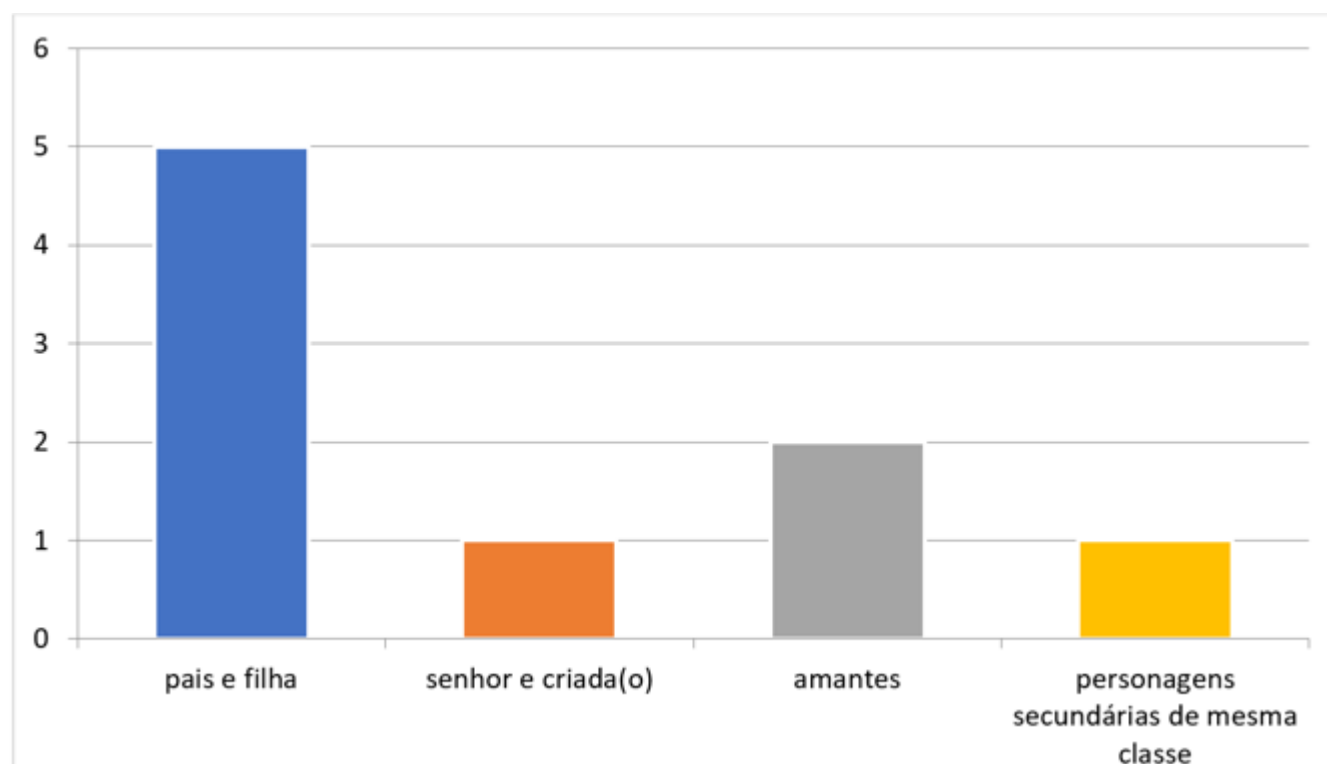
ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às **vossas** ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado. (PENA, [1837]2018, p.8)

Os usos do possessivo *teu*, 9 registros, prevalecem em situações de menor formalidade e maior pessoalidade, como nas situações comunicativas familiares e domésticas, entre os pais e a filha, na forma dos pais se dirigem à filha. Dos 9 registros temos: 5 entre pais e filha; 2 entre amantes; 1 do Juiz para seu provável escravizado doméstico, chamado de *prêto* na rubrica do autor⁶⁵; 1 entre personagens secundárias de mesma classe social.

65 Apesar de escrita no Período Regencial (1831-1840), a peça de Martins Pena, em relação ao papel do negro na sociedade, retrata bem a continuidade de uma herança cultural e social colonial no Brasil Império. Com o escravagismo colonial, que permanecerá legal ainda por todo o Império, tem-se um dos traços visíveis da permanência de um modelo cultural colonial, no qual a cordialidade encontra suas raízes, segundo Holanda ([1936]2015).

Gráfico 8 – Ocorrências de *teu* – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Interessante destacarmos aqui que esses usos de *teu* decorrem de situações em que aparecem marcas de maior intimidade. Além da própria situação doméstica/familiar, destacada em (27) na rubrica do texto, linguisticamente, associada às personagens a quem o falante se dirige usando o pronome *teu*, apresentam-se usos de diminutivo – (25) e (26) – e de primeiro nome e/ou alcunha – (25) e (28) – como formas de tratamento. Vejam-se os exemplos:

- Pais e filha

(25) ANINHA – Abençoa, meu pai.
MANUEL JOÃO – Adeus, **rapariga**. Aonde está **tua** mãe?
ANINHA – Está lá dentro preparando a jacuba.
MARIA ROSA – **Aninha**, vai buscar a janta de **teu** pai. (ANINHA SAI)
MANUEL JOÃO – Senhora, sabe que mais? É preciso casarmos esta **rapariga**. (PENA, [1837]2018, p. 6)

- Amantes

(26) JOSÉ – Minha **Aninha**, não chores. Oh, se tu soubesses como é bonita a Côrte! Tenho um projeto que te quero dizer.

ANINHA – Qual é?

JOSÉ – Você sabe que eu agora estou pobre como Jó, e então tenho pensado em uma cousa. Nós nos casaremos na freguesia, sem que **teu** pai o saiba; depois partiremos para a Côrte e lá viveremos.

ANINHA – Mas como? Sem dinheiro? (PENA, [1837]2018, p. 3)

- Senhor e criada(o)

(27) (**Sala em casa do JUIZ DE PAZ**. Mesa no meio com papéis; cadeiras. Entra o JUIZ DE PAZ vestido de calça branca, rodapé de riscado, **chinelas verde e sem gravata**).

[...]

(BATEM À PORTA) – Quem é? Pode entrar.

(ENTRA UM PRÊTO COM UM CAICHO DE BANANAS E UMA CARTA, QUE ENTREGA AO JUIZ. JUIZ, LENDO A CARTA: [...] – Bom, tenho bananas para a sobremesa. Ó pai, leva estas bananas para dentro e entrega à senhora. Toma lá um vintém para **teu** tabaco. (SAI O NEGRO) O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando temos nossos presentes de galinhas, bananas, ovos, etc., etc. (PENA, [1837]2018, p. 12)

- Personagens secundárias de mesma classe social

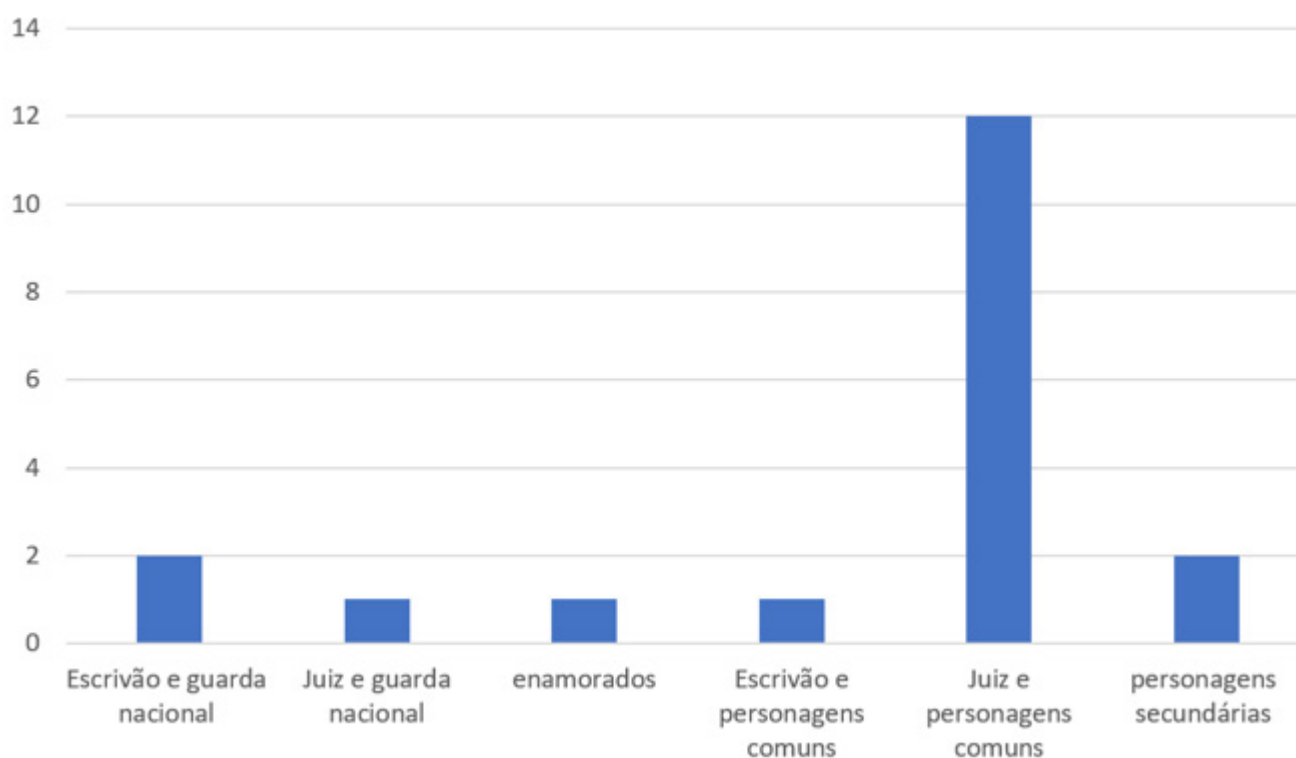
(28) GREGÓRIO – É mentira, Sr. Juiz de paz, eu não dou embigada em bruxas.

JOSEFA JOAQUINA – Bruxa é a marafra de **tua** mulher, **malcriado!** Já não me lembra que me deu uma embigada, e que me deixou uma marca roxa na barriga? Se o senhor quer ver, posso mostrar. (PENA, [1837]2018, p.14)

Ao observarmos os usos do possessivo *seu* na 2ª pessoa, nota-se que eles se fazem no texto 2 em situações que se assemelham às ocorrências de *teu*, a saber: entre amantes, exemplo (29), e dirigindo-se a personagens tratadas por diminutivo, exemplos (29) e (32), que é

marca de afetividade; mas também, significativamente, nos diálogos de maior formalidade, entre personagens com relações simétricas – 2 das 19 ocorrências, exemplos (30) e (31) – e assimétricas – 15 das 19 ocorrências, exemplo (33). No Gráfico 9, vemos a distribuição dos usos de *seu* em 2ª pessoa, conforme descrito:

Gráfico 9 – Ocorrências de *seu* em uso de 2ª pessoa – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando-se os exemplos textuais, destaca-se no (29), um diálogo entre enamorados, o uso da forma de tratamento *senhor*, a qual se associa a um distanciamento desejado, distanciamento físico, acentuado linguisticamente pelo uso dessa forma de tratamento e pela opção da personagem por *seu*. *Seu* também é usado em momento de afetividade, seja em contexto de busca de simpatia, (32) e (33), seja em contexto de desagravo, (30) e (33), mas não raro envolvida certa valoração, ou seja, atribuição de valor expressa por meio de avaliação positiva ou negativa de uma pessoa. Em (34), assim como no texto 1, vemos a expressão de deferência “*seu criado*” em contexto semelhante, isto é, de irritação contida,

uma formalidade (mal) dissimulada, como pode-se observar mais claramente no diálogo completo, transcrito em (24). Atentemo-nos aos próximos exemplos:

- Enamorados

(29) JOSÉ – Adeus, minha **Aninha!** (QUER ABRAÇÁ-LA.)

ANINHA – Fique quieto. Não gosto dêstes brinquedos. Eu quero casar-me com o **senhor**, mas não quero que me abrace antes de nos casarmos. Esta gente quando vai à Côrte, vem perdida. Ora, diga-me, concluiu a venda do bananal que **seu** pai lhe deixou? Se o **senhor** agora tem dinheiro, por que não me pede a meu pai? (PENA, [1837]2018, p. 3)

- Personagens secundárias

(30) TOMÁS – É verdade que o leitão era dêle, porém agora é meu.

SAMPAIO – Mas se era meu, e o **senhor** nem mo comprou, nem eu lho dei, como pode ser **seu**? (PENA, [1837]2018, p. 15)

(31) INÁCIO JOSÉ – (PARA MANUEL JOSÉ) Estimarei que **sua** filha seja feliz. (PENA, [1837]2018, p. 29)

- Escrivão e personagens comuns

(32) ESCRIVÃO – Um criado da **Senhora Dona** e da Senhora **Doninha**.

MARIAROSAEANINHA – Uma **su** criada. (COMPRIMENTAM)
(PENA, [1837]2018, p. 8)

- Escrivão e Manuel João (guarda nacional)

(33) ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às vossas ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado

ESCRIVÃO – Sentido nos **seus** cães;

JOÃO MANUEL – Não mordem. (PENA, [1837]2018, p. 8)

O uso de *seu* é o preferencial entre Juiz e personagens secundárias, tanto quando o Juiz se dirige a elas (*top down*), chamadas *roceiros*, 6 ocorrências, quanto quando essas personagens se referem ao Juiz (*down top*), 6 ocorrências. Nota-se também que, ainda que assimétrica a relação social, o contexto de tratamento que prevalece não é de pura formalidade. Há pessoalidade no tratamento e expectativa de reciprocidade dessa pessoalidade na relação entre Juiz e moradores da roça, o que fornece humor, ou seja: a expectativa de quem presenteia o Juiz é a de receber, em troca, o aceite de seus requerimentos (34) e (36).

Por outro lado, o mesmo Juiz, que recebe e delibera os requerimentos em sua própria residência (34) e (35), no momento seguinte, nessa mesma residência, organiza uma festa de casamento e os requerentes se tornam convidados (37) e (38). Enfim, a relação do Juiz com os lavradores mostra o tratamento privado, valorativo, em um espaço público, que deveria preservar o distanciamento formal. O Juiz em si não se comporta institucionalmente, não se prende à forma da lei: não reconhece a autoridade da constituição e chega a se colocar em posição de ser ele próprio a lei. Nas opções de uso dessa personagem, o *seu* em 2ª pessoa é exclusivo. Sua prevalência nesse contexto provavelmente se relaciona com a posição ambivalente e intermediária em que o pronome se encontra. Na seção 2.2, de *seu* num contexto de modulação de *vosso* em direção a *teu*, demonstramos o que acreditamos explicar esse caso: prevalece o uso formal, mas a ele se agrega mais pessoalidade e mais afetividade (Grondelaers; Speelman; Geeraerts, 2007). Vejamos os exemplos:

- Juiz de paz e personagens secundárias

(34) JUIZ – Vamo-nos preparando para dar audiência. (ARRANJA OS PAPÉIS.) O escrivão já tarda; sem dúvida está na venda do **Manuel do Coqueiro**... O último recruta que se fêz já vai-me fazendo pêso. Nada, não gosto de presos em casa. Podem fugir, e

depois dizem que o juiz recebeu algum presente.

(BATEM À PORTA) – Quem é? Pode entrar.

(ENTRA UM PRÊTO COM UM CAICHO DE BANANAS E UMA CARTA, QUE ENTREGA AO JUIZ. JUIZ, LENDO A CARTA:) “**Ilmo. Sr.**? Muito me alegro de dizer a **V.Sa.** que a minha ao fazer desta é boa, e que a mesma desejo para **V.Sa.** pelos circunlóquios com que lhe venero”. (DEIXANDO DE LER:) Circunlóquios... Que nome em breve! O que quererá êle dizer? Continuemos. (LENDO:) “Tomo a liberdade de mandar a **V.Sa.** um caicho de bananas maçãs para **V.Sa.** comer com a **sua** bôca e dar também a comer à Sra. Juiza e aos Srs. **Juizinhos**. **V.Sa.** há-de reparar na insignificância do presente; porém, **Ilmo. Sr.**, as reformas da Constituição permitem a cada um fazer o que quiser, e mesmo fazer presentes; ora, mandando assim as ditas reformas **V. Sa.** fará o favor de aceitar as ditas bananas, que diz minha **Teresa**, ova serem muito boas. No mais, receba as ordens de quem é **seu** venerador e tem a honra de ser ‘Manuel André de Sapiruruca’.” Bom, tenho bananas para a sobremesa. Ó pai, leva estas bananas para dentro e entrega à senhora. Toma lá um vintém para teu tabaco. (SAI O NEGRO) O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando temos nossos presentes de galinhas, bananas, ovos, etc., etc.

(BATEM À PORTA) – Quem é? (PENA, [1837]2018, p. 12)

(35) JUIZ – Bom. Agora vamos nós preparar a audiência. (ASSENTAM-SE AMBOS À MESA E O JUIZ TOCA A CAMPAINHA.) Os **senhores** que estão lá fora no terreiro podem entrar. (ENTRAM TODOS OS LAVRADORES VESTIDOS COMO ROCEIROS, UNS DE JAQUETA DE CHITA, CHAPÉU DE PALHA, CALÇAS BRANCAS DE GANGA, DE TAMANCOS, DESCALÇOS; OUTROS CALÇAM OS SAPATOS E MEIAS QUANDO ENTRAM, ETC. TOMÁS TRAZ UM LEITÃO DEBAIXO DO BRAÇO) – Está aberta a audiência. Os **seus** requerimentos? (PENA, [1837]2018, p. 13)

(36) JUIZ – Ordena alguma cousa?

JOSEFA JOAQUINA – Trazia êste presente para o **Sr.** Juiz. Queira perdoar não se cousa capaz. Não trouxe mais porque a peste deu lá em casa, que só ficaram estas que trago, e a carijó que ficou chocando.

JUIZ – Está bom; muito obrigado pela **sua** lembrança. Quer jantar?

JOSEFA JOAQUINA – **Vossa Senhoria** faça o **seu** gosto, que êste é o meu que já fiz em casa.

JUIZ – Então com **sua** licença.

JOSEFA JOAQUINA – Uma **sua** criada. (SAI.) (PENA, [1837]2018, p. 20)

(37) JUIZ – **Senhora Dona**, queira perdoar se ainda a não cortejei. (COMPRIMENTA)

MARIA ROSA – (COMPRIMENTANDO) Uma criada de **sua Excelência**.

JUIZ – Obrigado, minha **senhora**... Aí chegam os amigos. (PENA, [1837]2018, p.28)

(38) JUIZ – **Sr. Escrivão**, faça o favor de ir buscar a viola. (SAI O ESCRIVÃO.) Não façam cerimônia; suponham que estão em **suas** casas... Haja liberdade! Esta casa não é agora do juiz de paz? é do João Rodrigues. **Sr. Tomás**, faz-me o favor? (TOMÁS CHEGA, SEPARA O JUIZ E ESTE O LEVA PARA UM CANTO) O leitão ficou no chiqueiro? (PENA, [1837]2018, p. 28)

O exemplo (38) é ilustrativo da ambivalência do uso de *seu* bem como do uso “simetrizante” de *senhor*. O pronome possessivo e a forma de tratamento são usados entre Juiz e Escrivão, duas personagens com cargos oficiais hierarquizados. Essa hierarquização que percorre o tratamento *Sr. Juiz*, por exemplo, fica explícita pela fala “Esta casa não é agora do juiz de paz? é do João Rodrigues”, que indica que o Juiz deve ser tratado pelo primeiro nome, “sem cerimônias”, apenas a partir daquele derradeiro momento da festa. Contudo, ao mesmo tempo, se observamos o exemplo (39), *senhor* e o possessivo que ele acompanha, *seu*, também ocorrem no tratamento do Juiz a uma personagem secundária – tratada pelo primeiro nome e a quem o Juiz espera convencer de uma tarefa sem uso direto da autoridade investida do cargo, momento que busca aproximação por uma saída conciliatória, ainda que não sejam íntimos.

- Juiz de paz e João Manuel (guarda nacional)

(39) (ENTRA JOSÉ)

JUIZ – Aqui está o recruta; queira levar para a cidade. Deixe-o no quartel do Campo de Santana e vá levar esta parte ao general. (DÁ-LHE UM PAPEL)

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**. Mas, **Sr.** Juiz, isto não podia ficar para amanhã? Hoje já é tarde, pode anoitecer no caminho e o **sujeitinho** fugir.

JUIZ – Mas aonde há-de êle ficar? Bem sabe que não temos cadeias.

MANUEL JOÃO – Isto é o diabo!

JUIZ – Só se o **senhor** quiser levá-lo para **sua** casa e prendê-lo até amanhã, ou num quarto, ou na casa de farinha.

MANUEL JOÃO – Pois bem, levarei.

JUIZ – Sentido que não fuja.

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**. **Rapaz**, acompanha-me.

(SAEM MANUEL JOÃO E JOSÉ). (PENA, [1837]2018, p.18)

Como dito anteriormente, paralelo ao uso de *seu*, que continua a ocupar lugar mais formal, mas avança em direção a contextos de maior pessoalidade e afetividade, observa-se simplificação do sistema formal de tratamento, isto é, *senhor* parece substituir formas como *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*, a exemplo do tratamento ao Juiz visto em (36) e em (39).

Importante destacar aqui que nessa simplificação do sistema pronominal *senhor* não é sistematicamente utilizado para marcar distanciamento formal de hierarquia, como *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* faziam no texto 1 em relação às personagens nobres, marca linguística das relações assimétricas (*down top*). Parece, antes, marca de não-intimidade usada nos tratamentos simétricos e assimétricos (*top down* e *down top*), à semelhança de marcas pronominais de tratamento não-íntimo presentes em outras línguas como *Sie*, no alemão, *Vous*, no francês e *Lei*, no italiano. No próximo capítulo voltaremos a esse tipo de ocorrência.

Sempre marcando não-intimidade, a maior ou a menor formalidade de *senhor* será definida pelo contexto: se acompanhado por título ou função, como *Sr. Juiz* (36) ou *Senhora Dona* (32) – maior formalidade; se acompanhado do primeiro nome, como *Senhor João Manuel* – menor formalidade. Um *senhor* que guarda valor ambivalente acompanhando sempre por um *seu*. Assim, o *seu* que acompanha este *senhor*, além de situações de maior formalidade, também ocorre em situações de maior proximidade, como no tratamento em um diálogo com o futuro noivo, tratado sem título, como no exemplo (29) ou junto com diminutivo (32).

Ao analisarmos mais de perto as formas de tratamento, a fim de entendermos melhor o grau de formalidade, pessoalidade e afetividade do contexto de uso de *seu* interpretado como de 2ª pessoa, vemos um número total de 145 registros de formas de tratamento. Desse total temos: 79 formas de tratamento nominais, que correspondem a 54,48%; e 66 formas de tratamento pronominais, que correspondem a 45,52%.

Das 79 ocorrências de formas de tratamento nominais temos: 7 diminutivos que correspondem a 8,86%; 17 usos de primeiro nome, que correspondem a 21,52%; e 55 alcunhas, que correspondem a 69,62%.

Das 66 ocorrências de formas de tratamento pronominais temos: 1 *Vossa*, que corresponde a 1,51%; 18 *Vossa Senhoria*, que correspondem a 27,27%; 3 *Ilustríssimo/Ilmo.* e 3 *Dona/D.*, que correspondem, cada um, a 4,54%; 35 *Senhor*, que correspondem a 53,03%; e 6 *você*, que correspondem a 9,09%.

Do total dos diminutivos do texto 2, 21 ocorrências, 7 são usadas como formas de tratamento, o que corresponde a 33,33%. O dado revela crescimento, em relação ao texto 1, da escolha pelo uso do diminutivo como forma de tratamento.

Comparando o uso das formas nominais de tratamento e de *seu* com a peça de Gusmão, há aumento da opção por diminutivos e

pelo primeiro nome. Há indícios também de que *teu* ainda é o lugar preferencial da fala entre pais, namorados e senhores se dirigindo a criados, enfim, do privado, do ambiente doméstico, da intimidade, da pessoalidade em Holanda.

Quanto às formas pronominais de tratamento, *Ilustríssimo/ Ilmo.* tem todos os seus registros em requerimento escrito dirigido ao Juiz. Na comunicação oral o tratamento formal preferido, para Juiz ou personagens secundárias na peça e no *status* social, é *Senhor*: 35 ocorrências totais. Nota-se que, ainda que formal, *Senhor* não é o tratamento oficial a um Juiz no exercício de sua função, que seria *Meritíssimo*. *Senhor* é um tratamento dado também às demais personagens a quem se quer mostrar respeitabilidade, sem associação imediata à função pública, e seu conseqüente distanciamento.

Destaca-se ainda *Senhora Dona*, 3 ocorrências, e *Senhora doninha*, 1 ocorrência dirigida à personagem Aninha, filha solteira. Ambas seriam “superlativação” da forma de tratamento vindas do Juiz ou do Escrivão a personagens secundárias, portanto, comuns, mas ocorrem em contexto de pedido de desculpas. Na Tabela 2 encontra-se a classificação dos nossos dados:

Tabela 2 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (145) – texto 2

Formas de tratamento	Número absoluto	Número relativo (%)
Diminutivo	7	4,83
Primeiro nome	17	11,72
Alcunha	55	37,93
Vossa Senhoria	18	12,41
Vossa	1	0,69
Ilustríssimo/Ilmo.	3	2,07
Você	6	4,17

FORMAS DE TRATAMENTO E "CORDIALIDADE":
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES CULTURAIS

Dona/D.	3	2,07
Senhor	35	24,14
Total	145	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Vejam agora em mais detalhes as ocorrências do pronome *você* cujo uso se mantém estável, considerando o percentual de ocorrências. Não se observou relação de proporção com *seu*, ou seja, o aumento observado no uso de *seu* em 2ª pessoa não corresponde a aumento semelhante nas ocorrências de *você*. A maior parte, 5 dos 8 usos, se dá no contexto mais íntimo, em ambiente de familiaridade: entre enamorados, exemplo (41), e marido e mulher, exemplos (42) e (44). Nota-se 1 uso em (43), durante uma audiência de avaliação de requerimento, portanto, num momento formal, para aparentemente apoiar a demarcação de assimetria social: o Juiz de paz é tratado por *Sr.* e *Vossa senhoria*, enquanto trata o personagem Manuel André por *você*. Entretanto, o referido momento é também de animosidade (afetividade), já que o Juiz está tendo um desentendimento com Manuel André. Trata-se, ainda assim, de *você* em contexto de uso cordial, como se também sobre ele atuasse o modelo cultural.

É interessante notar que, quando acompanhado de possessivo, *você* apareceu com *teu*, exemplos (40) e (44), mais um indicativo de familiaridade e intimidade do contexto de uso. Tal ocorrência aponta ainda para a concorrência *você/tu*, já indicada por Duarte (2003) e Machado (2006). Contudo, não houve ocorrência de *você* com *seu*, o que aponta, mais uma vez, para relação de complementariedade, mas não de causalidade intrínseca, ou pelo menos de condição suficiente, entre a ocorrência do pronome sujeito *você* e o possessivo *seu* cooptado para a 2ª pessoa. Vejam a seguir os exemplos mencionados:

(40) JOSÉ – **Minha Aninha**, não chores. Oh, se tu soubesses como é bonita a Côrte! Tenho um projeto que te quero dizer.

ANINHA – Qual é?

JOSÉ – **Você** sabe que eu agora estou pobre como Jó, e então tenho pensado em uma cousa. Nós nos casaremos na freguesia, sem que **teu** pai o saiba; depois partiremos para a Côrte e lá viveremos.

ANINHA – Mas como? Sem dinheiro?

JOSÉ – Não te dê isso cuidado: assentarei praça nos Permanentes.

ANINHA – E minha mãe?

JOSÉ – Que fique raspando mandioca, que é ofício leve. Vamos para a Côrte, que **você** verá o que é bom.

ANINHA – Mas então o que é que há lá tão bonito? (PENA, [1837]2018, p. 3)

(41) ANINHA – Quando é que **você** pretende casar-se comigo?

JOSÉ – O vigário está pronto para qualquer hora. (PENA, [1837], p. 4)

(42) Entra MARIA ROSA com uma tigela na mão, e ANINHA a acompanha.

MANUEL JOÃO – Adeus, **Senhora Maria Rosa**.

MARIA ROSA – Adeus, **meu amigo**. Estás muito cansado?

MANUEL JOÃO – Muito. Dá-me cá isso.

MARIA ROSA – Pensando que **você** viria muito cansado, fiz a tigela cheia.

MANUEL JOÃO – Obrigado. (BEBENDO) Hoje trabalhei como gente... Limpei o mandiocal, que estava muito sujo... Fiz uma derrubada do lado de Francisco Antônio... Limpei a vala de Maria de Rosário, que estava muito suja e encharcada, e logo pretendo colhêr café. **Aninha**? (PENA, [1837]2018, p. 5)

(43) MANUEL ANDRÉ – Mas, **Sr. Juiz**, êle também está ocupado com uma plantação.

JUIZ – **Você** replica? Olhe que o mundo para a cadeia.

MANUEL ANDRÉ – **Vossa senhoria** não pode prender-me à toa; a Constituição não manda.

JUIZ – A constituição!... Está bem!... Eu, o Juiz de paz, hei por bem derrogar a Constituição! Sr. Escrivão, tome têrmo que a Constituição está derrogada, e mande-me prender êste homem.

MANUEL ANDRÉ – Isto é uma injustiça! (PENA, [1837]2018, p.

14)

(44) MARIA ROSA – E quando é que eu não hei-de perdoar-te? Não sou **tua** mãe? (ABRAÇAM-SE)

MANUEL JOÃO – É preciso agora irmos dar parte ao juiz de paz que **você** já não pode ser soldado, pois está casado. **Senhora**, vá buscar minha jaqueta. (SAI MARIA ROSA) Então o **senhor** conta viver à minha custa, e com o meu trabalho?

JOSÉ – Não **senhor**, também tenho braços para ajudar, e se o senhor não quer que eu aqui viva, irei para a Côrte. (PENA, [1837]2018, p.26)

Como observado, mais uma vez o aumento do uso de *seu* cooptado para 2ª pessoa não parece proporcionalmente vinculado às ocorrências de *você*, como já apontado por Martins e Vargas (2014) e ilustrado no exemplo (40), no qual o possessivo escolhido para acompanhar *você* é *teu*.

É interessante notar que dos 8 usos de *você*, 2 se dão em uma música cantada pelos personagens ao final da peça (45), durante a celebração pelo casamento de Aninha. Aparentemente, ocorre como referência anafórica a um sujeito nulo *tu*, onde esperava-se encontrar *contigo*. Encontrar o *você* como pronome pessoal com uso anafórico chama atenção dado ser este um contexto em que ele ainda não está completamente inserido como pronome sujeito, anunciando a pronominalização que, segundo Rumeu (2013), ocorrerá apenas ao fim do século XIX e princípio do século XX, suplantando o *tu*.

Importante notar ainda que, para Duarte (2016, p. 533), esse uso de *você* pode se dar pelos falantes “para a obtenção de efeitos expressivos, entre os quais se inclui o envolvimento emocional entre os interlocutores”, o que, a nossos olhos, seria um uso cordial: à medida que percorre o caminho da pronominalização, também percorre o caminho em direção ao privado. Apesar disso, a ocorrência anafórica específica, trazida pelo texto, parece-nos um

caso de duplo tratamento por estilística, em razão da rima e da harmonia sonora dos versos, de *você* com *comê*:

(45) TOCADOR – (canta
Ganinha, minha senhora,
Da maior veneração;
Passarinho foi-se embora,
Me deixou penas na mão.
TODOS – Se me dás que comê,
Se me dás que bebê,
Se me pagas as casas,
Vou morar com **você**. (DANÇAM.)
Não há homem neste mundo Como o nosso juiz de paz.
TODOS - Se me dás que comê,
Se me dás que bebê,
Se me pagas as casas,
Vou morar com **você**. (PENA, [1837]2018, pp. 29-30)

Considerando a propriedade afetiva do diminutivo e seu uso como forma de tratamento, destacam-se os casos em que ele está indissociável do nome próprio da personagem, como vimos nos exemplos (25), (26), (29), (40), (42) e ainda no exemplo que segue:

(46) MANUEL JOÃO – Vai dizer que traga, pois estou com muito calor.
(ANINHA SAI. M. JOÃO, PARA O NEGRO) – Olé, **Agostinho**,
leva estas enxadas lá para dentro e vai botar êste café no sol.
(O PRÊTO SAI. MANUEL JOÃO SENTA-SE) – Estou que não
posso comigo; tenho trabalhado como um burro! (PENA, [1837]2018,
p. 7)

Não é possível saber se *Aninha* e *Agostinho* são alcunhas para *Augusto* e *Ana* ou se são mesmo os nomes das personagens, que são tratadas assim tanto pelas demais personagens com quem interagem como pelo próprio autor da peça nas rubricas. Percebe-se que essa forma de tratamento é utilizada para as duas personagens

tuteladas: a filha não casada e um escravizado da família, o que pode ser, em nossa leitura cordial do fenômeno, indicativo de que estariam ocupando os lugares mais distantes de um tratamento formal, logo, do espaço público. Acreditamos que a escolha da forma de tratamento não se deu ao acaso, e sim conforme certa valoração, isto é, certa atribuição de valor, prestígio ou desprestígio às pessoas.

O que chamamos de atribuição de valor é um elemento para caracterizarmos o uso do diminutivo e o uso da alcunha que os coloca em um ambiente de expressão de afetividade pois demonstram valoração, que, como falado anteriormente (p. 23), pode ser positiva ou negativa. E isso ocorre não só quando há o diminutivo, *sujeitinho*, ou uma expressão claramente ofensiva, como *bruxa*, mas também em *negro* para referir-se a um escravizado, ou *menina* para a personagem filha solteira, como temos no exemplo (21). *Menina* é usado 4 vezes: 3 pelos seus pais e 1 pelo próprio Juiz. Todos são autoridades em relação à dependente ou tutelada, que ocupa o lugar de filha. Tais termos trazem o *locus* social das personagens, o que também ocorre com o uso da função pública para designá-las, como se nome fosse; é o caso de Juiz e Escrivão. A posição deles é tão definidora de seu valor e, pois, da forma como se deve com eles se comportar e tratar, que seus nomes não são sequer mencionados.

Outro sinal de afetividade são os diálogos pautados por sentimentos ou, antes, por sentimentos simulados, assim como acontece com os amantes que simularam distanciamento e impessoalidade com o uso do *seu* no texto 1. Aqui a alcunha *meu amigo* simula uma proximidade, um afeto estratégico, por vezes logo desvelado com o formalismo trazido pelo uso de *vosso* e/ou *senhor*, como no exemplo (24). Na mesma carta, exemplo (34), em que se usa *Ilmo. Sr.* – tratamento de maior formalidade e hierarquia, destinado só ao Juiz em toda a peça, e por escrito – também há uso excessivo do diminutivo, que busca mostrar apreço como

simulação de proximidade. Em ambos os casos a simulação de afeto proporciona movimento de distanciamento do público em direção à proximidade do privado.

A análise dos dados do segundo texto ilustra o progressivo percurso do pronome possessivo de 3ª pessoa (*seu*) em direção à 2ª pessoa em estágio mais avançado: *seu* aparece como pronome possessivo preferencial na posição de 2ª pessoa, praticamente suplantando a forma *vosso*. As formas de tratamento que contextualizam as ocorrências do pronome cooptado indicam, no entanto, que se trata ainda de opção pelo possessivo em contexto de maior formalidade ou, ao menos, não intimidade. *Teu* é ainda o pronome preferencial em contextos de maior pessoalidade e intimidade.

Os dados não indicaram a possível relação diretamente proporcional entre o uso de *seu* e *você*. Em relação ao texto 1, as ocorrências de *você* permanecem estáveis e, quando acompanhado por um possessivo, é por *teu*.

5.2.3 Não consultes médico, Machado de Assis

Não consultes médico é uma comédia em ato único escrita pelo jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo carioca Machado de Assis (1839-1908) em 1896. Assim como a peça de Martins Pena, *Não consultes médico* é escrita em um país já independente, mas que naquele momento acaba de se tornar República, proclamada em 1889. Podemos compreender tal momento como um passo a mais na construção identitária, com recentes debates sobre liberdade e direitos sociais. Enfim, o caldo do caldeirão de conceptualizações, negociadas e renegociadas pelo grupo quanto ao país que se espera construir, está mais encorpado, mas ainda em ebulição: em 1896, a recente República conhece seu

terceiro presidente, Prudente de Moraes, e se dará início às incursões a Canudos. Mas como nos dirá Calzavara (2008, n.p.) as comédias machadianas ficam no nível quotidiano e não nos levam a reflexões extremas:

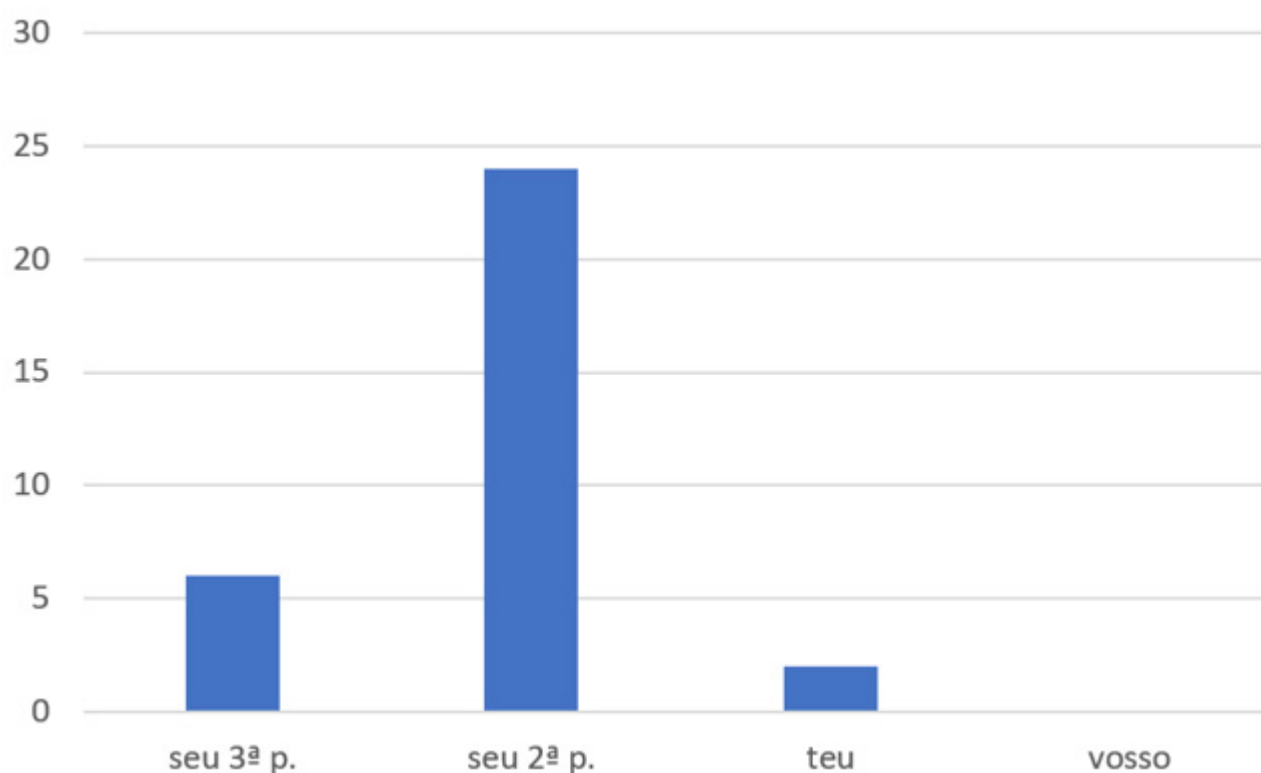
Enquanto comediógrafo, Machado permitiu-se o exercício da leveza, criando enredos simples para pôr em cena tanto o amor sincero e os bons sentimentos quanto a sátira a certos tipos e costumes sociais e políticos de seu tempo. O universo apresentado é quase sempre o da alta burguesia, com personagens cultos, espirituosos e elegantes, que mantêm diálogos aos quais não faltam chistes, bom humor e ironia refinada. (CALZAVARA, 2008, n.p.)

Não consultes médico não foge à regra. A peça traz a história de D. Leocádia, que se apresenta como especialista na cura de enfermidades amorosas. Autointitulada “médica”, vê o jovem e desiludido Dr. Cavalcante como um paciente que precisa de seus “remédios”. Contudo, na busca pelo tratamento, Cavalcante descobre que mais vale o ditado grego, que dá nome à peça: “Não consultes médico, consulta alguém que tenha estado doente”. As personagens são: D. Leocádia, tia de D. Adelaide; D. Carlota, filha de D. Leocádia; D. Adelaide, esposa de Magalhães; Cavalcante, amigo de Magalhães; Magalhães, funcionário do serviço diplomático, a quem D. Leocádia toma por sobrinho.

É importante dizer que nessa terceira peça tem-se um ambiente semelhante ao da primeira, quando pensamos na classe social das personagens, no círculo familiar e na temática amorosa. Porém, aqui a intimidade se estabelece mais claramente, como se poderá observar, na opção por uma forma de tratamento mais pessoal e menos formal entre os parentes e amigos, bem como pelo próprio cenário: ao contrário das peças anteriores que se passam tanto em lugares públicos (rua) quanto privados (interior das casas), essa peça concentra-se em uma sala, no interior de uma casa.

Uma vez conhecidos enredo e personagens, vejamos a quantificação dos dados obtida. No Gráfico 10, em números absolutos, encontra-se a distribuição de ocorrências de possessivos de 2^a e 3^a pessoas: 6 *seu* em 3^a pessoa, 24 *seu* em 2^a pessoa e 2 *teu*. Não se encontra no texto o uso da 2^a pessoa do plural, *vosso*.

Gráfico 10 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 3

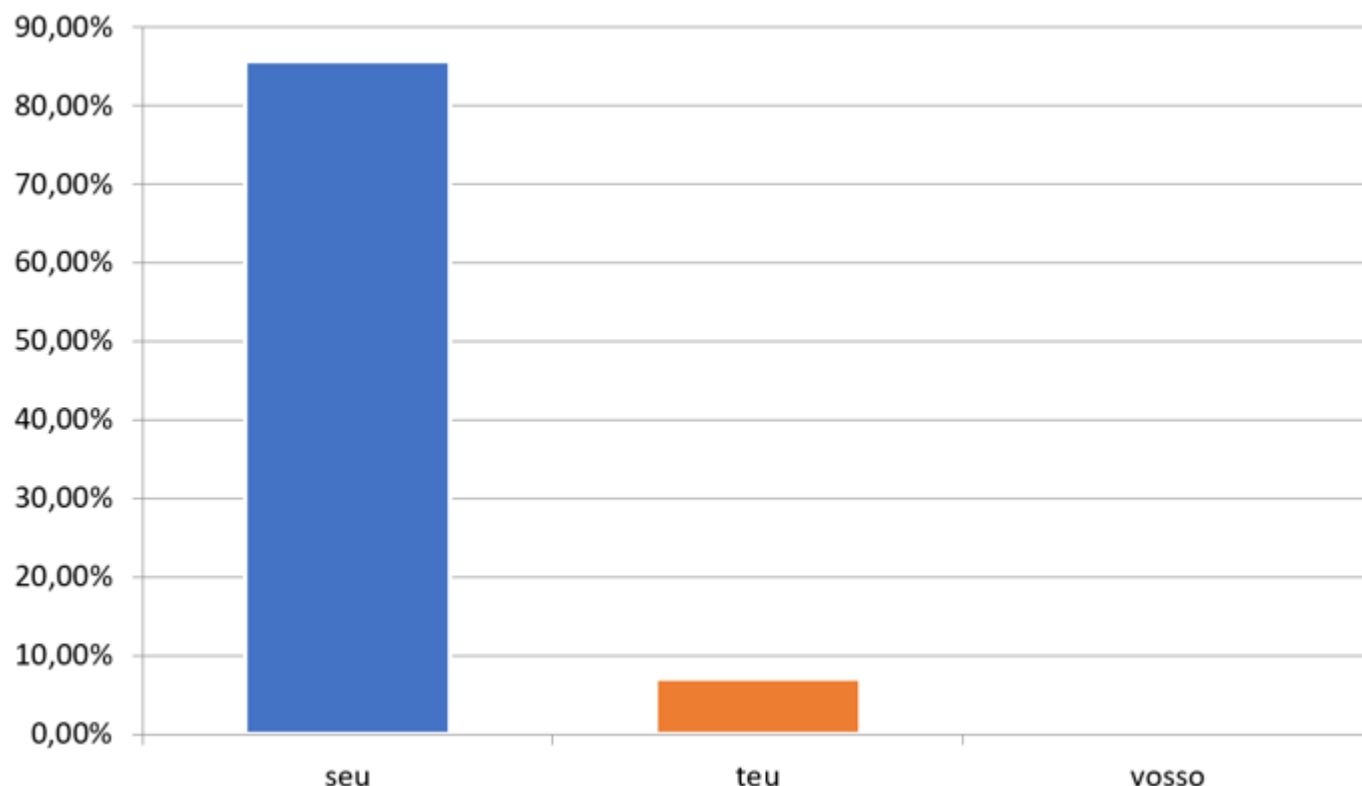


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como se vê no Gráfico 10, o uso de *seu* interpretado na 2^a pessoa se consolida. Os dados apontam para o desaparecimento de *vosso*, como já mostrado por Menon (1997), indicando forte redução dessa forma para o tratamento formal. Nota-se, ainda, expressiva redução de *teu*. Parece, assim, haver correlação entre a redução muito consistente de *teu* e o aumento significativo de *seu*, que ocupa agora lugar de 2^a pessoa do singular. Como prevalecem diálogos diretos entre duas personagens discutindo assuntos pessoais, íntimos, deve ter se instaurado também um contexto favorável em relação aos resultados encontrados. No Gráfico 11

indicamos os percentuais de cada ocorrência:

Gráfico 11 – Pronomes usados em 2ª pessoa – texto 3



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como fizemos nos textos 1 e 2, analisando mais de perto cada pronome, observa-se que não há ocorrências do possessivo de 2ª pessoa do singular no plural, *teus/tuas*. Há apenas 2 ocorrências do possessivo de 2ª pessoa do singular, ambas no singular, *teu/tua*, e em contexto de menor formalidade e maior afetividade, como nos textos anteriores: entre tia e sobrinha e entre amigos que nutrem laços de afeto significativos no enredo.

- Tia e sobrinha

(47) D. Leocádia – Em dez anos.

D. Adelaide – Misericórdia! Dez anos?

D. Leocádia – Talvez dois; e moço, e robusto, a natureza ajudará a medicina, conquanto esteja muito atacado. Aí vem **teu** marido.
(ASSIS, [1896]2018, cena X)

- Amigos

(48) Magalhães – Bem, não há remédio senão entregar-te a **minha tia**.

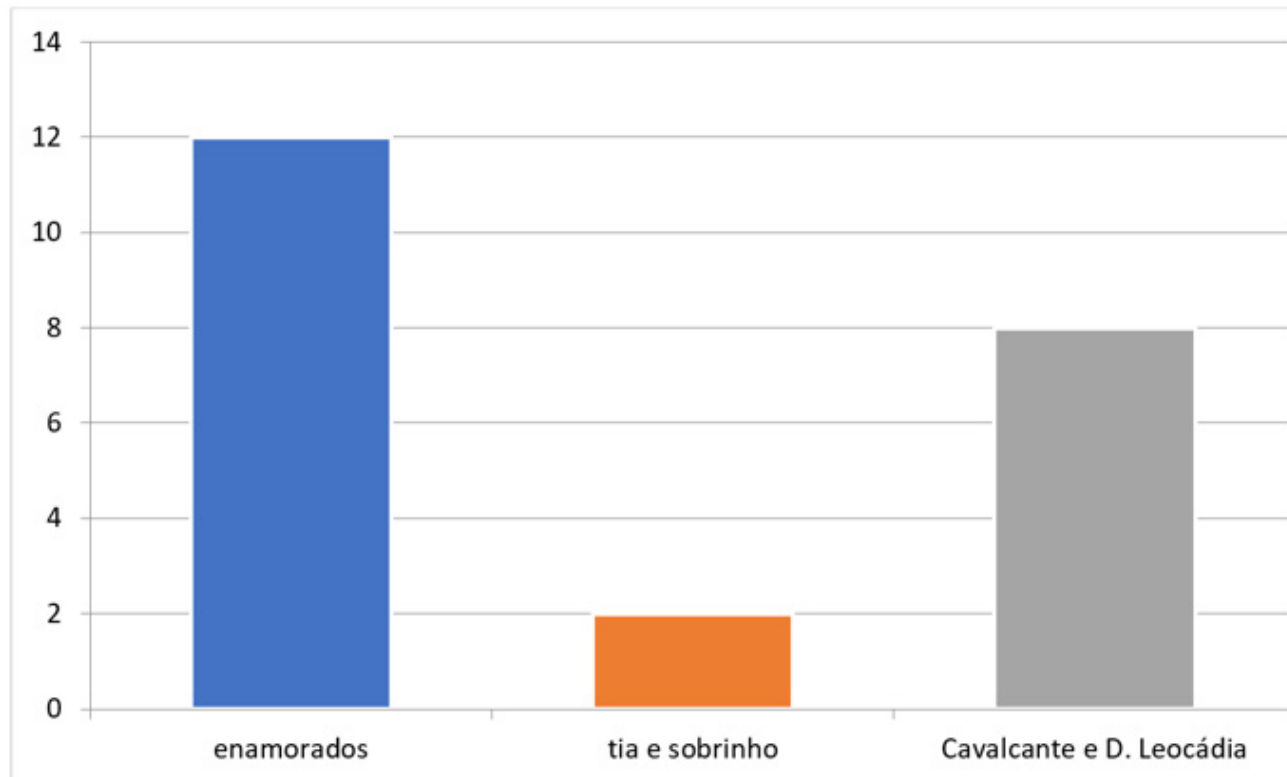
Cavalcante – À **tua** tia?

Magalhães – **Minha tia** crê que tu deves padecer alguma doença moral, e adivinhou, – e fala curar-te. Não sei se sabes que ela vive na persuasão de que cura todas as enfermidades. (ASSIS, [1896]2018, cena IV)

A novidade apresentada pelo texto 3 em relação ao pronome possessivo *seu* foi que, dando continuidade ao processo de uso desse pronome na posição de 2ª pessoa, aparece como escolha preferencial do falante em contexto mais pessoal e afetivo, isto é, num ambiente familiar, discutindo assuntos íntimos.

Como nos mostra o Gráfico 12, das 22 ocorrências do pronome *seu* em uso de 2ª pessoa, 14 são em contexto afetivo, entre enamorados ou parentes. Das 3 ocorrências do possessivo de 2ª pessoa em diálogos entre familiares, 2 manifestam a opção por *seu*, como no exemplo (52), o que ilustra clara concorrência com *teu*. No contexto do diálogo entre familiares e amigos, como mostram (47) e (48), também usou-se *teu*.

Gráfico 12 – Usos de *seu* em 2ª pessoa – texto 3



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao mesmo tempo em que aparece como preferencial em contextos mais pessoais e afetivos, observou-se que *seu* torna-se presença exclusiva quando o diálogo se dá entre as personagens sem vínculo direto de parentesco ou laço de amizade, como nos exemplos (54), (55) e (56), o que não é contraditório. Tais usos indicam que esse pronome ainda apresenta, naquele momento, resquícios de distanciamento, certa persistência da propriedade formalidade, como diríamos com Hopper (1991) e Hopper e Traugott (2003). A esse respeito pode ser observada, além do mais, a ocorrência da forma de tratamento *senhor*, como nos exemplos (49), (50) e (51), entre enamorados, mas que ainda não oficializaram o romance.

- Enamorados

(49) Cavalcante – Certamente que não, mais ainda há pouco, falando-lhe de um tio meu, que morreu no Paraguai, tio João Pedro, capitão de engenharia...

D. Carlota (atalhando) – Por que é que o **senhor** quer ser apresentado a um cardeal?

Cavalcante – Bem respondido! Confesso que fui indiscreto com a minha pergunta. Já há de saber que eu tenho distrações repentinas, e quando não caio no ridículo, como hoje de manhã, caio na indiscrição. São segredos mais graves que os **seus**. É feliz, é bonita, pode contar com o futuro, enquanto que eu... Mas eu não quero aborrecê-la. O meu caso há de andar em romances. (Indicando o livro que ela tem na mão) Talvez nesse. (ASSIS, [1896]2018, cena XII)

(50) D. Carlota – **Doutor!** (Cavalcante para) Não se zangue comigo; sou um pouco tonta, e **senhor** é bom...

Cavalcante (descendo) – Não diga que sou bom; os infelizes são apenas infelizes. A bondade é toda **sua**. Há poucos dias que nos conhecemos e já nos zangamos, por minha causa. Não proteste; a causa é a minha moléstia. (ASSIS, [1896]2018, cena XII)

(51) D. Carlota – (Indo a êle) – De frade? O **senhor** vai ser frade?

Cavalcante – Frade. **Sua** mãe aprova-me, contanto que eu vá à China. Parece-lhe que devo obedecer a esta vocação, ainda depois de perdida?

D. Carlota – É difícil obedecer a uma vocação perdida.

Cavalcante – Talvez nem a tivesse, e ninguém se deu ao trabalho de me dissuadir. Foi aqui, a seu lado, que comecei a mudar. A **sua** voz sai de um coração que padeceu também, e sabe falar a quem padece. Olhe, julgue-me doido, se quiser, mas eu vou pedir-lhe um favor: conceda-me que eu a ame. (Carlota, perturbada, volta o rosto) Não lhe peço que me ame, mas que se deixe amar; é um modo de ser grato. Se fôsse uma santa, não podia impedir que lhe acendesse uma vela.

D. Carlota – Não falemos mais nisto, e separemo-nos.

Cavalcante – A **sua** voz treme; olhe para mim...

D. Carlota – Adeus; aí vem **mamãe**. (ASSIS, [1896]2018, cena xii)

- Tia e sobrinho

(52) Magalhães – Pois conhece a república.

D. Leocádia – Então mentiu.

Magalhães – Não, porque nunca lá foi.

D. Leocádia (a D. Adelaide) – Mau! **seu** marido parece que também está virando o juízo. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(53) Magalhães – Coração do ouro.

D. Leocádia – Espírito elevado?

Magalhães – Sim, **senhora**.

D. Leocádia – Espírito elevado, coração de ouro, saudades... Está entendido.

Magalhães – Entendido o quê?

D. Leocádia – Vou curar o **seu** amigo Cavalcante. (ASSIS, [1896]2018, cena II)

- Cavalcante e D. Leocádia

(54) D. Leocádia – Muito bem. A **sua** doença é tal que só com remédios fortes. Vá; dez anos passam depressa.

Cavalcante – Obrigado, **minha senhora**.

D. Leocádia – Até logo. (ASSIS, [1896]2018, cena vii)

(55) Cavalcante – O **seu** remédio é muito amargo! Por que é que me não manda antes para o Egito? Também é país de infieis.

D. Leocádia – Não serve; é a terra daquela rainha... Como se chama?

Cavalcante – Cleópatra? Morreu há tantos séculos!

D. Leocádia – Meu marido disse que era uma desmiolada.

Cavalcante – **Seu** marido era, talvez, um erudito. **Minha senhora**, não se aprende amor nos livros velhos, mas nos olhos bonitos; por isso, estou certo de que êle adorava a V. Excia. (ASSIS, [1896]2018, cena vii)

(56) D. Leocádia – Que é isto, doutor? Então o senhor quer só um ano de China? Vieram pedir-me que reduzisse a **sua** ausência.

Cavalcante – **D. Carlota** lhe dirá o que eu desejo.

D. Carlota – **O doutor** veio saber se **mamãe** conhece algum cardeal em Roma. (ASSIS, 2018, cena xiii)

Como se vê, os fenômenos analisados indicam que o sistema de formas de tratamento formal aponta para a continuidade de uma

simplificação, com *senhor*, mas também com *Dona/D.* e *Doutor/Dr.*, tornando-se formas preponderantes do tratamento formal em lugar de *V. S.a.*, comum no texto 1. *Senhor, Dona/D.* e *Doutor/Dr.* mantêm ainda a mesma característica observada no texto 2, marca de não-intimidade, e podem ocorrer junto ao diminutivo, em contexto de afetividade, como no exemplo (56), e, em contextos de maior pessoalidade, junto ao primeiro nome. No último caso tem-se a deferência, indicada por Kerbrat-Orecchioni (1992, p. 163), como subordinação simbólica do sobrinho à tia, no exemplo (53). Em ambos os casos, temos o uso da expressão de tratamento formal agregada à proximidade trazida pelo diminutivo e pelo uso do primeiro nome.

Num olhar mais atento às formas de tratamento presentes no texto, as quais nos ajudam a contextualizar os usos do possessivo *seu* na 2ª pessoa, observa-se que, dentre o total das formas de tratamento, isto é, das 90 ocorrências, 26, que correspondem a 28,88% do total, são formas nominais; e que 64, que correspondem a 71,11% do total, são formas pronominais de tratamento.

Em relação às formas de tratamento nominais temos um total de 26 ocorrências, como dito. Destas, 5 são diminutivos, que correspondem a 19,23%; 8 são ocorrências do primeiro nome, que correspondem a 30,77%; 6 são alcunhas, que correspondem a 23,08%; e 7 são sobrenomes acompanhados (2 ocorrências) ou não (5 ocorrências) do título *Dr./Sr.*, que correspondem a 26,92%.

Dentre as formas de tratamento pronominais, do total de 64 ocorrências, temos: 1 *V. exce.*, que corresponde a 1,56%; 2 *Dona/D.*, que correspondem a 3,13%; 40 *senhor*, que equivalem a 62,5%; 10 *Doutor/Dr.*, que correspondem a 15,63%, e 11 *você*, que correspondem a 17,19%.

Das 14 ocorrências de diminutivos no texto, 7 (50%) são usadas como forma de tratamento. Esse percentual ilustra um contínuo aumento na escolha pelo diminutivo como forma de

tratamento em relação aos textos anteriores; esse aumento, captado diacronicamente, representa incremento da manifestação de afetividade.

A seguir, vejamos os dados percentuais dispostos na Tabela 3, considerando cada forma de tratamento em relação ao total das formas de tratamento encontradas no texto 3:

Tabela 3 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (90) – texto 3

Formas de tratamento	Números absolutos	Números relativos (%)
Diminutivo	5	5,56
Primeiro nome	8	8,89
Alcunha	6	6,67
Sobrenome	7	7,78
Vosso/V.S.	0	0
V. exce.	1	1,12
Doutor/Dr.	10	11,12
Você	11	12,22
Dona/D.	2	2,22
Senhor	40	44,44
Total	90	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Com relação às formas nominais de tratamento, há que se notar a distinção entre o uso do sobrenome não seguido de título – como amigos se tratam, exemplo (59), e como D. Adelaide trata o marido, em (58) – e o uso do sobrenome seguido de título – como D. Adelaide trata o amigo do marido, em (57). Tal relação se assemelha com o que acontece entre o uso do primeiro nome – maneira como as primas se tratam (57) – e do primeiro nome com título – modo como Cavalcante trata a prima em (56):

(57) D. Adelaide (que ouviu D. Carlota) – Entendo eu. O **Dr. Cavalcante** contou as suas tristezas a **Carlota**, e **Carlota**, meia curada do seu próprio mal, expôs sem querer o que tinha sentido. Entenderam-se e casam-se. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(58) D. Leocádia – Apanham-se moléstias.

D. Adelaide – Uma tarde, fitando eu os olhos de **Magalhães**...

D. Leocádia – Perdão, nariz.

D. Adelaide – Vá lá. A senhora disse-me que ele tinha o nariz bonito, mas muito solitário. Não entendi; dois dias depois, perguntou-me se queria casar, eu não sei que disse, e acabei casando.

D. Leocádia – Não é verdade que estão curados?

Magalhães – Perfeitamente. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(59) Cavalcante – Não, **Magalhães**; reconheço agora o que vale o mundo com as suas perfídias e tempestades. Quero achar um abrigo contra elas; êsse abrigo é o claustro. Não sairei nunca da minha cela e buscarei esquecer diante do altar... (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

Parece haver certa gradação de pessoalidade: o sobrenome sem título indicaria maior proximidade (a esposa trata assim o marido) que o sobrenome com título (maneira como a esposa trata o amigo do marido). O sobrenome no tratamento masculino equivale ao primeiro nome no tratamento feminino, sendo *Sr./Dr.*, nesses casos, marca de não-intimidade, como apontado anteriormente.

Os diminutivos permanecem no contexto pessoal, como marcas linguísticas de afeto nas relações interpessoais. Destacam-se *doentezinhos*, no exemplo (69), forma de tratamento constante entre tia e sobrinhos; *titia*, como em (60) e (65), forma de tratamento constante dos sobrinhos para com a tia; *mamãe*, em (64), forma de tratamento pela qual Carlota trata D. Leocádia. E há também *mocinha*, que é a maneira pela qual Magalhães faz referência à mulher que teria iludido o seu amigo. Dos 4 diminutivos do texto, 3 são usados como forma de tratamento, o que é compatível com nossa abordagem qualitativa dos usos destacados.

Quanto às formas pronominais de tratamento, o texto

apresenta, em relação aos textos analisados anteriormente, maior uso de *você*, o que era esperado considerando o ano em que é escrito, conforme já observado por Duarte (2003), Machado (2006) e Rumeu (2013). Indica-se também emprego de *você* mais “pronominalizado”, sintaticamente sujeito, como nos exemplos (60), (62), (63), (64), (65), (67) e (68), e portador de maiores personalidade e afetividade. Sua ocorrência se dá em contexto de menor formalidade, entre personagens com laços familiares, em que formas de tratamento nominais como primeiro nome, nos exemplos (61), (65), (68) e (69), e diminutivos, em (60), (64), (65) e (69), são também usadas. Vejamos as ocorrências de *você* destacadas:

(60) D. Adelaide – Parece que não. Já saíram há um bom pedaço; felizmente o dia está frasco. **Titia** estava tão contente ao almoço! E ontem? **Você** viu que risadas que ela dava, ao jantar, ouvindo o **Dr. Cavalcante**? E o Cavalcante sério. Meu Deus, que homem triste! que cara de defunto!

(61) Magalhães – Talvez ela pense que a Grécia é em Paris. Eu aceitei a legação de Atenas porque não me dava bem em Guatemala e não há outra vaga na América. Nem é só por isso; **você** tem vontade de ir acabar a lua de mel na Europa... Mas então **Carlota** vai ficar conosco?

(62) D. Adelaide – Bravo! está mais corada agora!

D. Carlota – Foi do passeio.

D. Adelaide – Do que é que **você** gosta mais, da Tijuca ou da cidade?

D. Carlota – Eu por mim, ficava metida aqui na Tijuca. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(63) Magalhães – Mas, em suma, aqui ou na cidade, o que é preciso é que **você** ria, êsse ar tristonho faz-lhe a cara feia.

D. Carlota – Mas eu rio. Ainda agora não pude deixar de rir vendo o **Dr. Cavalcante**.

(64) D. Carlota – **Mamãe** ia-me falando da Grécia, do céu da Grécia, dos monumentos da Grécia, do rei da Grécia; tôda ela é Grécia, fala

como se tivesse estado na Grécia.

D. Adelaide – **Você** quer ir conosco para lá?

(65) Magalhães – Consentiu, **titia**?

D. Leocádia – Em reduzir a China a um ano? Mas ele agora quer a vida inteira.

Magalhães – Estás doido?

D. Leocádia – Sim, a vida inteira, mas é para casar. (D. Carlota fala baixo a D. Adelaide) **Você** entende **Magalhães**? (ASSIS, [1896]2018, cena xiv)

(66) D. Leocádia – A princípio, cuidei que era. Mas o melhor foi quando se serviu o peru. Perguntei-lho que tal achava o peru. Ficou pálido, deixou cair o garfo, fechou os olhos e não me respondeu. Eu ia chamar a atenção de **vocês**, quando ele abriu os olhos e disse com voz surda: “D. Leocádia, eu não conheço o Peru...” Eu, espantada, perguntei: “Pois não está comendo?...”. “Não falo desta pobre ave; falo-lhe da república”.

Magalhães – Pois conhece a república.

D. Leocádia – Então mentiu. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(67) Magalhães – Não, porque nunca lá foi.

D. Leocádia (a D. Adelaide) – Mau! **seu** marido parece que também está virando o juízo. (A Magalhães) Conhece então o Peru, como **vocês** estão conhecendo a Grécia... pelos livros. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(68) Magalhães – Entendido o quê?

D. Leocádia – Vou curar o **seu** amigo **Cavalcante**. Do que é que **vocês** se espantam?

D. Adelaide – De nada.

Magalhães – De nada, mas...

D. Leocádia – Mas quê?

Magalhães – Parece-me...

D. Leocádia – Não parece nada; **vocês** são uns ingratos. Pois se confessam que eu curei o nariz de um e a hipocondria do outro, como é que põem em dúvida que eu possa curar a maluquice do **Cavalcante**? Vou curá-lo. Ele virá hoje? (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(69) Magalhães (a D. Leocádia) – **Cavalcante** disse-me que vai

embora; eu vim correndo saber o que é que lhe receitou.

D. Leocádia – Receitei-lhe um remédio enérgico, mas que há de salvá-lo. Não são consolações de cacaracá. Coitado! Sofre muito, está gravemente doente; mas, descansem, meus filhos, juro-lhes, à fé do meu grau, que hei de curá-lo. Tudo é que me obedeça, e êste obedece. Oh! aquêlê crê em mim. E **vocês**, meus filhos? Como vão os meus **doentezinhos**? Não é verdade que estão curados? (Sai pelo fundo). (ASSIS, [1896]2018, cena ix)

A análise dos dados do texto 3 atesta jornada gradual do pronome possessivo de 3ª pessoa rumo a um uso mais pessoal e em contextos mais afetivos, ou seja, uma jornada de “cordialização”. A forma *seu*, cooptada para 2ª pessoa no texto 1 e concorrente de *vosso*, ocorre em contextos de formalidade no texto 2, mas também de menor formalidade. Agora, no texto 3, aprofunda o avanço em direção à 2ª pessoa, concorrendo com *teu*, e torna-se predominante em contextos de maior pessoalidade e afetividade. Trata-se, assim, de um estágio mais avançado em seu caminho cordial de aproximação.

Considerando as formas de tratamento que acompanham e marcam o contexto textual, nota-se o significativo aumento das ocorrências de *você*, que agora aparece mais proporcional em relação ao aumento do uso de *seu* na 2ª pessoa e passa a ocorrer em contextos mais pessoais e afetivos, sugerindo propriedades cordiais. Mantém-se o indicativo acerca da simplificação do emprego das expressões de tratamento formais, percebida no texto 2, assim como a deferência com a construção *Sr./Dr.* como marca de não-intimidade, mas sem alterar a afetividade quando associada, por exemplo, a contextos com diminutivo. Trata-se, pois, de formalidade não hierarquizada pelo *status* social.

5.3 Aprofundamento sobre os dados levantados e as propriedades de cordialidade

Apresentados os dados e devidamente identificados os pronomes possessivos em uso de 2ª pessoa e seus contextos de ocorrência em cada texto, daremos prosseguimento nas próximas subseções à análise comparativa e qualitativa desses dados.

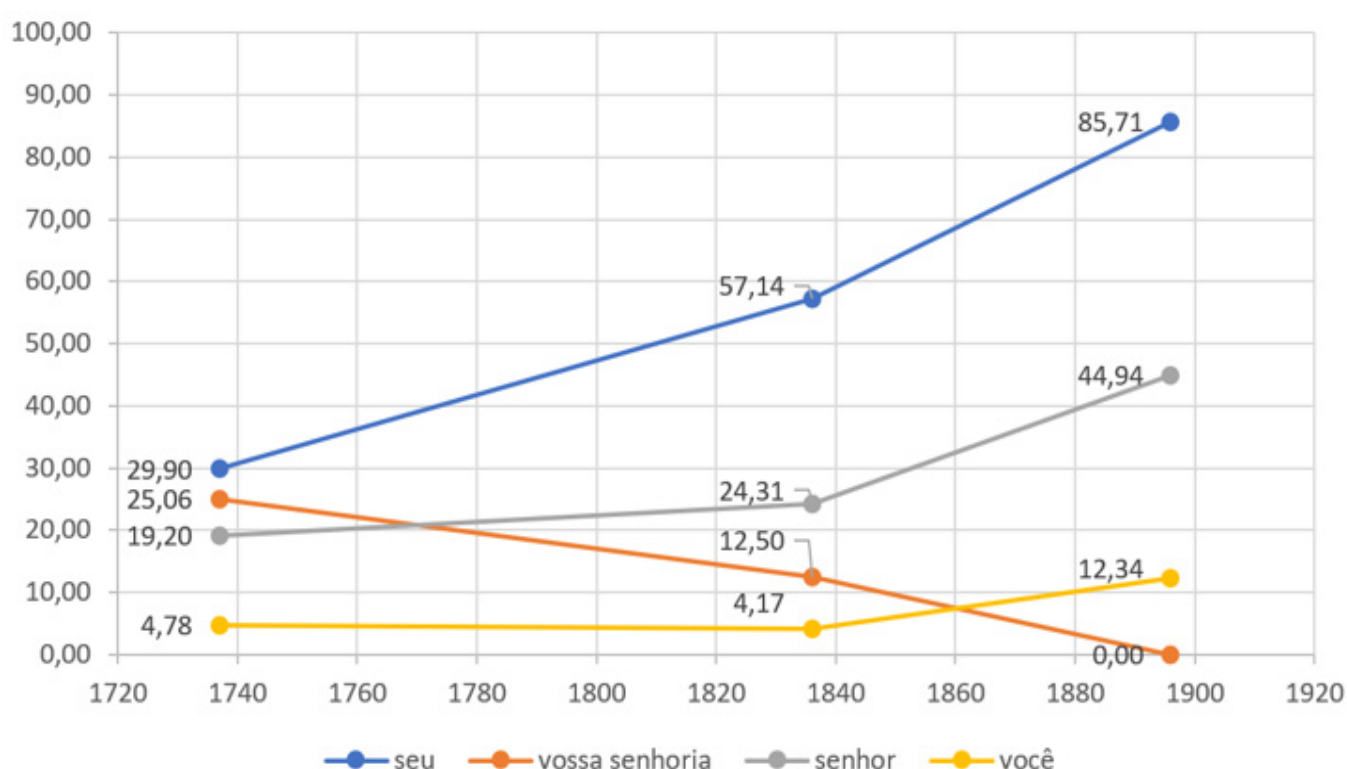
5.3.1 Análise comparativa entre os dados dos três textos

O comparativo das ocorrências analisadas nos três textos aponta na direção das hipóteses deste trabalho: a cooptação de *seu* para a 2ª pessoa e a relação entre essa cooptação e determinadas propriedades semânticas identificadas no contexto de uso de *seu* interpretado na 2ª pessoa, ou seja, as propriedades semânticas que associamos à noção de cordialidade. É digno de nota também que, não por acaso, essa mudança acompanha o movimento histórico do país em direção à construção de sua própria identidade.

As situações comunicativas são semelhantes, mas há algumas diferenças de contexto. No primeiro texto o ambiente parece urbano com pessoas de diferentes estratos sociais. No segundo, o ambiente é rural ou interiorano, também com pessoas de diferentes estratos, e no terceiro, ambiente aparentemente urbano, como na primeira peça, mas com personagens de estratos sociais assemelhados. O padrão que encontrarmos quanto ao uso de uma forma de tratamento, que gradativamente se afetiva e pessoaliza, não pode ser imputado, então, exclusivamente, aos aspectos sociais de classe ou contexto social. Mas é possível inferir que os três textos, que refletem também três momentos históricos distintos da língua portuguesa, “carregam” com a língua e por meio dela, as conceptualizações coletivas culturais que lhes são inerentes.

Considerando a formalidade no tratamento, quanto maior, menor o uso de *seu* em 2ª pessoa. Ao ser cooptado para a 2ª pessoa, em princípio, *seu* concorre com *vosso*, que é mais formal, isto é, ocorre em contextos de maior formalidade. Em seguida, após suplantado *vosso*, concorre com *teu*, migrando para contextos de maiores afetividade e pessoalidade. Observe-se o Gráfico 13:

Gráfico 13 – Relação entre *seu* em 2ª pessoa e formas de tratamento pronominais nos três textos (%)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com a forma de tratamento escolhida, podemos perceber o comportamento das personagens no que tange ao maior distanciamento (maior formalidade) ou aproximação (maiores pessoalidade e afetividade) no trato interpessoal. Foi possível notar clara relação entre o uso de *seu* e de *senhor* como forma de tratamento. Tanto os usos dos possessivos quanto os das formas de tratamento aumentaram com o passar do tempo: *seu* passa de 29,90% das ocorrências de possessivo de 2ª pessoa no texto 1 para

57,14% no texto 2 e 85,71% no texto 3, enquanto *senhor* passa de 19,20% no texto 1 para 24,31% no texto 2 e 44,94% no texto 3.

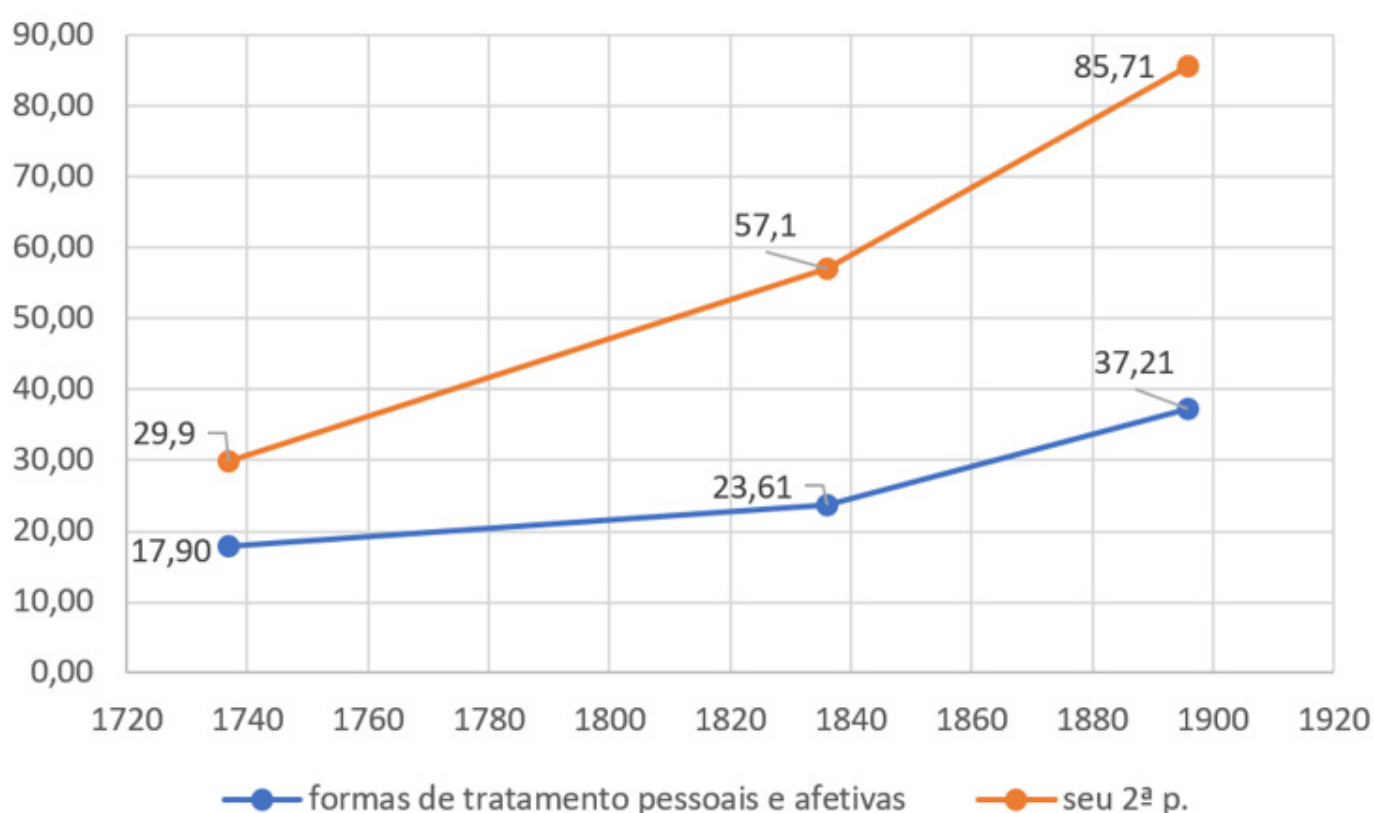
Ao mesmo tempo, foi possível ver a relação inversamente proporcional entre *seu* e formas de tratamento como *Vossa Senhoria*: enquanto os percentuais de *seu* crescem no uso de 2ª pessoa, como vimos, *Vossa Senhoria*, que correspondia à forma predominante de tratamento no texto 1 (25,06%), cai para 12,50% no texto 2 e chega a 0 no texto 3.

Contudo, não foi possível estabelecer essa relação tão clara com a forma *você*, cujo uso permanece estável nos 2 primeiros textos estudados: 4,78% das formas de tratamento do texto 1 e 4,17% no texto 2. O uso de *você* cresce, aparentemente acompanhando o crescimento do possessivo, apenas a partir do texto 3, quando registra 12 ocorrências, ou 34% das formas de tratamento escolhidas pelos falantes. Tal como observado por Martins e Vargas (2014), o pleno uso do *seu* em 2ª pessoa é anterior ao pleno uso de *você*. A relação de uso proporcional entre os dois pronomes só pôde ser verificada a partir da segunda metade do século XIX. Entretanto, foi possível notar relação inversamente proporcional entre, por um lado, o maior uso de *seu* e o uso decrescente de formas de tratamento mais formais, como *Vossa Senhoria*; e, por outro lado, relação proporcional entre o uso de *seu* na 2ª pessoa e o crescimento do uso de *senhor*, que substitui *Vossa Senhoria* e outras expressões de tratamento mais formais.

Quando analisamos mais de perto os diminutivos e seu uso no contexto dos tratamentos nominais, obtemos: texto 1, de 93 ocorrências, 4 são diminutivos (4,3%); texto 2, de 79 ocorrências, 7 são diminutivos (7,75%); e texto 3, de 26 ocorrências, 5 são diminutivos (19,23%). Ou seja, ocorre uso proporcional crescente não do número total de diminutivos, mas do uso do diminutivo como forma de tratamento. Somados esses dados referentes ao uso do diminutivo aos usos de primeiro nome como forma de tratamento

(a saber, 13,60% no texto 1, 15,86% no texto 2 e 17,98% no texto 3), e comparados aos dados do uso de *seu* em 2ª pessoa, obtém-se o Gráfico 14. Destaca-se que chamamos “formas de tratamento pessoais e afetivas” a soma do uso do diminutivo com o do primeiro nome como formas de tratamento:

Gráfico 14 – Relação entre *seu* em 2ª pessoa e formas de tratamento pessoais e afetivas nos três textos (%)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Desse modo, os dados acerca das formas pronominais e nominais indicam que *seu* não perde a possibilidade de uso mais formal, mas agrega propriedades mais afetivas e pessoais, que foram medidas pelos usos de diminutivo e de primeiro nome como formas de tratamento em relação às formas de tratamento nominais. Observa-se que assim como o uso de *seu* cresce no decorrer das obras, os usos de diminutivo e de primeiro nome, dentro do montante das formas de tratamento, aumentam. Em outras palavras, os dados

ilustram o que entendemos ocorrer: que dentre as maneiras de tratar, escolhe-se cada vez mais o primeiro nome; e, dentre os usos do diminutivo, escolhe-se aquele direcionado às pessoas (tratamento afetivo). O uso do diminutivo, marca de afetividade para Holanda ([1936]2015), cresce assim como o uso do primeiro nome, marca de pessoalidade, e crescem carregando de cordialidade o contexto.

A comparação dos dados apresentados até aqui ilustra, portanto, o percurso de *seu*: o movimento dele, cooptado para a 2ª pessoa, em consonância com um contexto comunicativo cordialmente mais prototípico, quer dizer, menos formal, mais afetivo e mais pessoal, o que vem em apoio à hipótese proposta neste livro.

Sobre o uso da alcunha como forma de tratamento, nota-se que está ligado à construção do humor do gênero textual. Nesse sentido, as alcunhas parecem acompanhar mais a quantidade de personagens que o texto teatral possui que o uso do pronome possessivo de 2ª pessoa ou recursos de aproximação (afetividade e pessoalidade), isto é: quanto menor o número de personagens do texto, menor o número de alcunhas sendo usadas como forma de tratamento. De sorte que, ainda que o texto 1 seja mais extenso, e o texto 3 tenha apresentado mais marcas pessoais, será o texto 2, com maior número de personagens, o com maior ocorrência de alcunhas, diferentemente da tendência que seguem o primeiro nome e o diminutivo. Não exploraremos essa correlação neste trabalho.

Lembramos mais uma vez nosso foco e nossa abordagem qualitativa dos dados. Ao indicar a possibilidade de se estabelecer correlação diretamente proporcional entre aumento do uso do diminutivo e do primeiro nome nas formas de tratamento, constata-se o incremento de um tratamento mais afetivo e pessoal, o que parece se refletir também no aumento do uso do pronome *seu* na 2ª pessoa, assim como é possível indicar correlação inversamente

proporcional quando se observam as ocorrências das formas de tratamento mais formais e o uso do pronome na 2ª pessoa. Nossa análise parece, portanto, sustentar a proposta de que um modelo cultural, no que se refere aos modos como se dão as relações interpessoais, pode contribuir para a gestação de fenômenos de variação/mudança linguística.

A cordialidade como modelo cultural, cuja aversão à impessoalidade e conseqüente busca por proximidade, a qual se manifesta, por exemplo, na preferência por forma de tratamento menos formal, mais afetiva e mais pessoal, apresenta-se, assim, como recurso explicativo para os fenômenos aqui descritos. Dessa maneira, *seu*, que aparece associado a *vossa mercê/vossa excelência* e *vossa senhoria* no texto 1, já é, na verdade, um *seu* cooptado para a 2ª pessoa, em movimento que o retira do público em direção ao privado, em um processo, portanto, de personalização.

Os dados dos textos 2 e 3 indicam a continuidade de tal movimento de “aproximação”. À medida que a própria cultura brasileira se constitui, distanciando-se da de Portugal, *seu* completa o “movimento cordial”, ou seja, se torna portador de maior afetividade, maior pessoalidade e menor formalidade, propriedades características de um modelo cognitivo-cultural intuído por Holanda por meio da noção de cordialidade.

Essa noção está presente no esquema cognitivo-cultural brasileiro, mas não é exclusiva dele (HOLANDA, [1936]2015) nem tampouco universal ou igualmente distribuída entre os membros do modelo cultural (SHARIFIAN, 2011). Em outras palavras, entende-se que dos falantes do PB emergem conceptualizações cognitivas culturalmente construídas, negociadas e renegociadas na interação, sendo a cordialidade uma dessas conceptualizações ou um esquema cultural de comportamento, compatível com a definição de um modelo cultural (D’ANDRADE, 1995; D’ANDRADE; STRAUSS, 1992; HOLLAND; QUINN, 1987; STRAUSS; QUINN,

1998; BENNARDO; MUNCK, 2014) que se manifesta em várias esferas da vida, inclusive na língua, e que pode ser observado tanto no fenômeno de variação/mudança quanto nas concorrências dos usos dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu* e *seu*.

Um sinal dessa manifestação se dá pela migração de usos desses elementos que modulam, ganhando propriedades, mas também mantendo resquícios do distanciamento que exibiam na forma original (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007). Os fenômenos de variação/mudança observados não são outra coisa senão resultantes das manifestações do processo de renegociação de uma conceptualização coletiva.

5.3.2 A gradualidade das propriedades da cordialidade

Como dito anteriormente (seção 2.2), estudos cognitivos relacionados à variação linguística entendem que compreender o que motiva uma variação/mudança linguística exige compreender o que motiva a escolha dos falantes e, entre esses motivos, os aspectos cognitivos devem ser considerados. Esse pressuposto, apontado por Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) e por Kristiansen e Dirven (2008), ecoa na tese de que conceptualizações culturais possam ser tomadas, como estamos propondo, como fatores de variação/mudança linguística. Além disso, Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007, p. 990) desenvolvem a aplicação da perspectiva de gradação prototípica aos estudos sociolinguísticos, convertendo as características da prototipicidade em uma afirmação sobre a estrutura da mudança semântica, ou seja: a variação/mudança linguística se faz pela perda de propriedades centrais que caracterizam os itens periféricos de um item prototípico. Dito de outro modo, uma variante é uma modulação de um caso central, de

um item prototípico.

Assim, com o intuito de explicitar o processo de variação/mudança que nos ocupa, buscaremos apontar de que maneira se pode (ou não) dizer que no fenômeno de variação/mudança estudado, as formas *teu* e *seu* perdem ou adquirem propriedades semânticas à medida que avançam no tempo e passam a concorrer com os pronomes possessivos de 2ª pessoa. Para tanto, primeiramente, vamos classificar semanticamente cada forma de tratamento utilizada em cada texto. A partir dessa classificação, esperamos evidenciar o contexto semântico de cada texto em relação às propriedades semânticas da cordialidade já identificadas, a saber, menor formalidade, maior pessoalidade e maior afetividade. Para classificar semanticamente o contexto como de maiores ou menores pessoalidade e afetividade, considerou-se que as formas de tratamento, em especial as nominais, são marcas de afetividade e pessoalidade (Kerbrat-Orecchioni, 2011, p. 37). Em um segundo momento, buscaremos relacionar o uso do pronome possessivo *seu* como de 2ª pessoa e o contexto semântico identificado e classificado em cada texto e, assim, evidenciar a quais propriedades semânticas se associa. Se associa-se às propriedades semânticas da cordialidade, associa-se à cordialidade (modelo cultural). Evidencia-se, pois, a motivação cognitiva cultural na manifestação das propriedades agregadas ao contexto do possessivo.

No Quadro 1, apontamos, de início, o conjunto de formas de tratamento identificadas e extraídas de cada texto. Essas formas foram classificadas morfológicamente como pronominais ou nominais e semanticamente conforme suas propriedades cordiais: maior formalidade e menor formalidade (maior pessoalidade e maior afetividade). Diante de cada termo, entre colchetes, temos os números absolutos de ocorrência em cada texto:

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGÜÍSTICA E CONCEPÇÕES CULTURAIS

Quadro 1 – Formas de tratamento (FT) classificadas

	Pronominais		Nominiais		
	Mais formais	Menos formais	Mais formais	Menos formais	
TEXTO 1 FT TOTAIS: 249	Senhor [25]; Dona [4]; Morgado/a (título) [8]; Vossa senhoria [64]; Vossa mercê [17]	Vossê [12] Meu Senhor [23] Vossia [3]	Genro [29]; Primeiro nome precedido de Sra. (Sra. Pabulea) [3]; Alcunha precedida de pronome de tratamento (Sra. Mulher) [1]	amigo [5] Meu Rico/a [9] Meu pai [1] Minha filha [8] Lambaz [3] Pascoela [17] Leandro [2]	Salcim [10] Paisinho [1] Maridinho [1] Amorzinho [1] Amasinha [1] Mofina [1]
TEXTO 2 FT TOTAIS: 145	Vossa senhoria [18] Senhor [31] Dona [3] Ilmo. [3] Vossa [1]	Você [6] (Sra.) Doninha [1] Meu Senhor [3]	(Sr.) Juiz [9]; (Sr.) Escrivão [12]; Primeiro nome precedido de Sr./Sra. (Sra. Maria Rosa; Sr, Manuel João, Sr. Inácio José, Sr. Tomas; Sr. Gregório) [16]	amigo [6] homem [6] menina [2] malcriado [1] brejeiro [1] (meu) pai [5] mãe [7] rapariga [1]	mulher [2] rapaz [2] sujeito [1] Manuel João [1] Antônio [1] Aninha [5] Agostinho [1]
TEXTO 3 FT TOTAIS: 90	Vossa excelência [1] Senhor [35] Dona [2] Doutor [10]	Você [11] Minha senhora [5]	Sobrenome precedido de Dr. (Cavalcante) [3]	marido [1] amigo [1] sobrinho [1] primo [1] (minha) tia [1] (meus) filhos [1] titia [1]	mamãe [1]; doentezinhos [3]; Leocádea [2]; Carlota [5]; Adelaide [1]; Sobrenome não precedido de Sr. ou Dr. (Magalhães) [4]

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

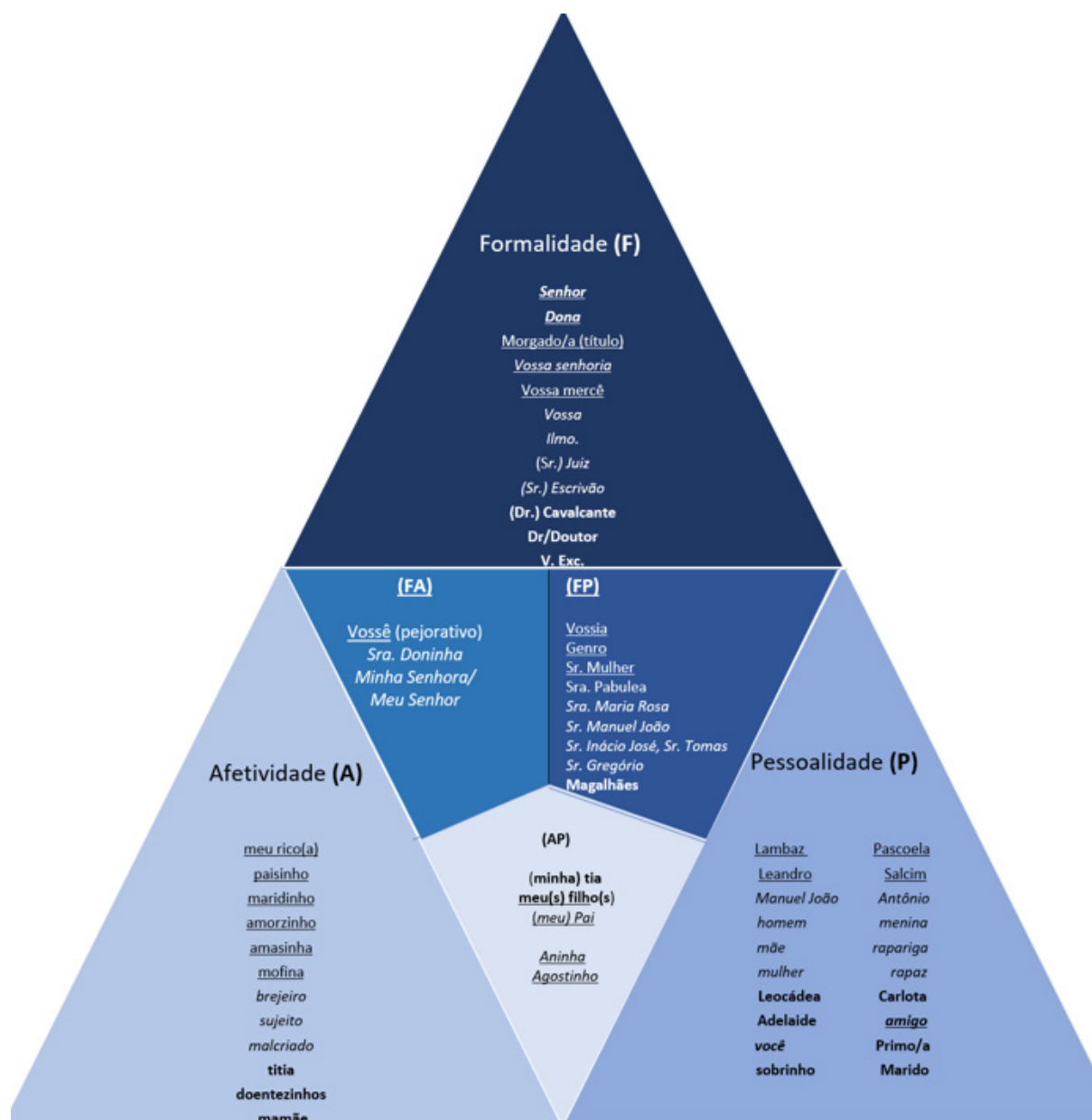
Os dados recém-mencionados permitem-nos observar que,

no interior das formas de tratamento nominais e pronominais, é possível estabelecer subclassificações com base em uma gradação quanto à formalidade, o que favorece, como veremos, uma abordagem renovada acerca dos dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3. Trata-se de dados já contemplados, mas que, por meio da classificação do Quadro 1, favorecem análise semântica que leva em conta a noção de gradualidade de propriedades.

A análise da gradação das propriedades semânticas atribuídas à cordialidade pode ser explicitada por meio da Figura 8, na qual detalhamos a classificação das formas de tratamento distinguindo, dentre as menos formais, aquelas de maior pessoalidade e de maior afetividade, bem como a junção de propriedades, ou seja, quando, de uma forma de tratamento, é possível destacar mais de uma propriedade semântica. Um exemplo do que chamamos de junção de propriedades é o uso da forma *senhor* relacionada ao primeiro nome que, apesar de ser um tratamento formal, que guarda, portanto, algum distanciamento, perde o caráter de marca hierárquica que era inerente às formas de tratamento que substitui (*V. S.a./V. Exce.*), passando a ser uma forma de tratamento de menor formalidade e maior pessoalidade. Nessa descrição, considerou-se, mais uma vez, a intuição e alguns dos exemplos trazidos por Holanda ([1936]2015, pp. 176-82): a menor formalidade refletida no tratamento que rejeita a hierarquia, porque o tratamento formal é, sobretudo, o que marca a hierarquia; a pessoalidade, que equivale à busca de intimidade; e, por fim, a afetividade, que está presente na proeminência do privado e nas emoções, marcada linguisticamente, especialmente, pelo diminutivo. Dessa forma, classificou-se e distribuiu-se as formas de tratamento em, predominantemente formais (F), pessoais (P), afetivas (A) ou, quando não foi possível distinguir uma propriedade predominante, classificou-se a junção ou a mescla delas: formal e pessoal (FP), afetiva e pessoal (AP), e formal e afetiva (FA).

Assim, na Figura 8 representamos a distribuição das formas de tratamento em graduações de azul, sendo os tons mais fortes associados aos traços formais e os mais fracos associados a propriedades mais pessoais e afetivas. Com sublinhado destacamos as expressões que ocorrem no texto 1, com itálico as do *texto 2* e com negrito as do **texto 3**. Quando essas marcações se apresentam de maneira acumulativa, significa que a expressão ocorre em mais de um texto, conforme as marcações que apresentar:

Figura 8 – Formas de tratamento (FT) classificadas conforme propriedades semânticas



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A partir das classificações apresentadas no Quadro 1 e na Figura 8, elaborou-se os Gráficos 15, 16 e 17 com o intuito de observar a distribuição das propriedades semânticas, em percentual, em cada texto. Para tanto, combinando essas classificações, calculou-se os percentuais de cada propriedade em cada texto. Vejamos os gráficos:

Gráficos 15, 16 e 17 – Distribuição de ocorrências de propriedades semânticas nos três textos (%)



**Gráfico 17 – Propriedades
semânticas – texto 3**



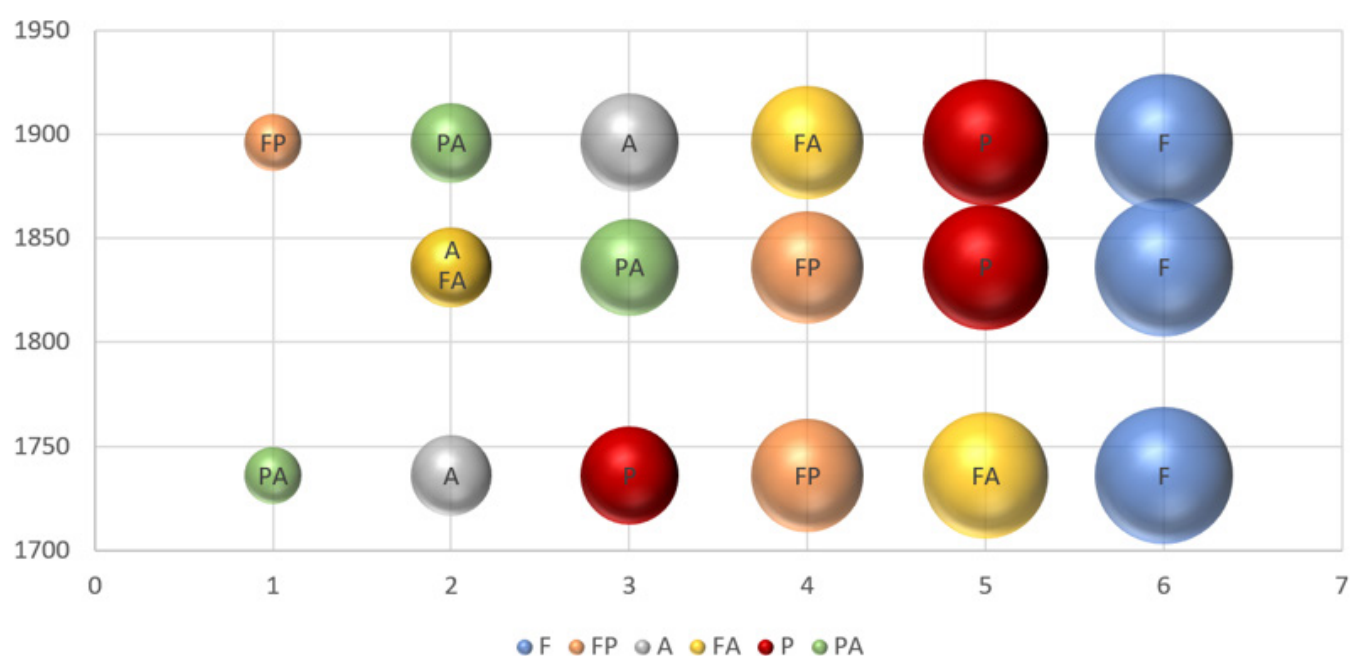
Fonte: Elaborados pela autora (2020).

Ao avaliar tais gráficos nota-se a permanência da formalidade como item mais proeminente nos 3 textos; contudo, nos textos 2 e 3, em que a forma *seu* avança para a posição da forma *vosso* e, em seguida, concorre com a forma *teu*, temos um desenho semelhante: um pico na incidência de formas de tratamento dotadas de pessoalidade. Além disso, somados os percentuais de incidência das propriedades com algum grau de formalidade, (F), (FP) e (FA), e os das propriedades (P), (A) e (PA), excluída a formalidade, os números indicam maior dispersão das formas de tratamento em direção às propriedades informais: o texto 1 tem 22,1% de incidência de formas de tratamento pessoais e/ou afetivas; sobre as mesmas propriedades, as incidências nos textos 2 e 3 são, respectivamente, 34,1% e 33,8%. O incremento de pessoalidade associado ao esvaziamento de FP parecem ser os principais fatores que explicariam tais percentuais. A pessoalidade, nos gráficos, apresenta-se como primeira propriedade a se evidenciar no modelo cordial.

O Gráfico 18 pretende alcançar dois objetivos – 1) compreender o papel de cada propriedade em cada texto; e 2) comparar possíveis

alterações relacionadas a graus de proeminência da propriedade de um texto em relação a outra – e foi elaborado com a seguinte representação: as seis propriedades são esferas de cores e tamanhos que variam conforme a propriedade a que se referem; além disso, relaciona-se a incidência a partir dos percentuais expressos nos Gráficos 15, 16 e 17 e cada propriedade foi ordenada conforme sua maior incidência em cada da texto. A propriedade mais incidente em um texto recebeu o número 6, a segunda mais incidente, o número 5, sucessivamente até o número 1. No eixo y temos o tempo (anos em que as peças foram escritas) e no eixo x temos os números de 1 a 7, representando cada incidência conforme a ordem estabelecida. Observando a relação entre a posição ocupada por cada propriedade e o tempo, representado pelos textos, ilustra-se – embora a formalidade permaneça – o referido incremento das marcas de pessoalidade e constata-se, ainda que mais discreto, um incremento na afetividade:

Gráfico 18 – Posição das propriedades semânticas nos três textos



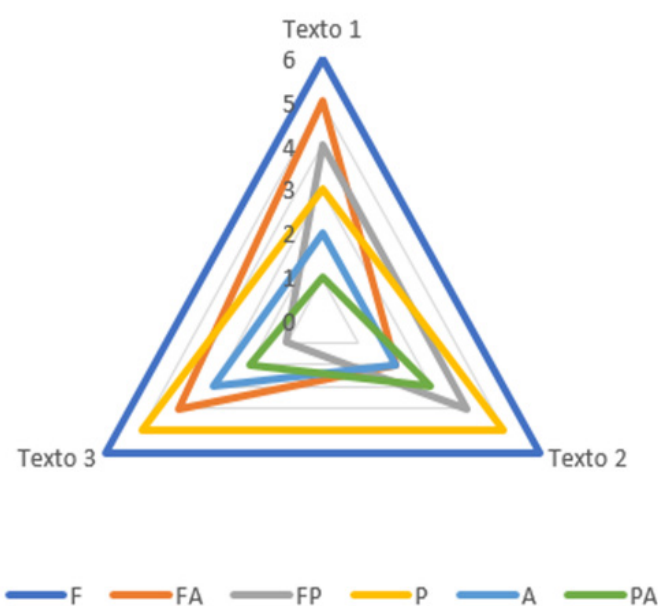
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao observar o Gráfico 18 é possível relacionar o percurso das

formas de tratamento com o avanço do uso do possessivo *seu* na posição de 2ª pessoa: onde ele se torna a opção preferencial dos falantes na função de 2ª pessoa, texto 2 e texto 3, há avanço mais expressivo do posicionamento da propriedade de pessoalidade, mas também da afetividade, mesmo que em menor escala naquele momento, tomando-se como base a posição que a afetividade ocupava no texto 3.

Com o intuito de explicitar essa relação, propomos utilizar o Gráfico 19. Nele, cada propriedade é representada por uma cor. Nos vértices do triângulo mais externo temos cada texto. Aqui também se considerou os números apresentados no Quadro 1 e a classificação apresentada na Figura 8 para o cálculo dos percentuais de cada propriedade em cada texto e se classificou os percentuais de cada propriedade conforme sua incidência em cada texto, sendo 6 a propriedade de maior percentual e 1 a de menor. Dessa forma, cada propriedade (linha colorida) se aproxima ou se distancia de cada vértice conforme sua incidência em cada texto. Vejamos o Gráfico 19:

Gráfico 19 – Distribuição de ocorrências de propriedades semânticas nos três textos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 19 podemos observar que as linhas que

representam as propriedades sem marcas mais formais (P, A, PA) aproximam-se mais dos vértices da base do triângulo, ou seja, são mais incidentes nos textos 2 e 3; e que a formalidade (F) permanece em ambos os textos com a mesma posição de incidência do texto 1, ou seja, como propriedade mais incidente. Esse desenho das linhas que representam (P), (A) e (PA) ilustra que nos textos em que *seu* é a escolha preferencial do falante para ocupar a posição de 2ª pessoa há também contexto de maiores afetividade e pessoalidade.

Considerando a classificação de 1 a 6 estabelecida em relação às ocorrências do pronome possessivo *seu* já analisadas em cada texto (Cf. seção 4.2), o Gráfico 19 indica a gradualidade que se pode estabelecer entre a maior ocorrência desse pronome no uso em 2ª pessoa e as propriedades semânticas cordiais: a pessoalidade é mais evidente nos textos 2 e 3. A afetividade parece pouco mais significativa no contexto do texto 3 em relação aos demais. Apenas no texto 3 temos duas propriedades afetivas (A e FA) ocupando 2 das 4 primeiras posições de incidência.

Ao mesmo tempo, a formalidade não desaparece ou não é perdida completamente, em consonância com o princípio de permanência de Hopper (1991) e Hopper e Traugott (2003). *Seu*, ao ser cooptado para ser empregado em lugar das formas de 2ª pessoa, tem uso formal, mas passa a ser a escolha do falante também em contexto menos formal, com maior presença de propriedades que compõem a cordialidade. Importante lembrar que isso se dá num contexto histórico-social de reflexão e construção da identidade nacional (texto 2, escrito pós Independência do Brasil, no Período Regencial, e texto 3, no contexto da Proclamação da República), momento de negociações e renegociações de conceptualizações coletivas, propício à emergência de um modelo cognitivo-cultural. Retomando os pressupostos da Linguística Cultural, posto que linguagem e língua se formam e informam na cultura e manifestam a cognição corporificada, afirmamos novamente com Yu (2014, p.

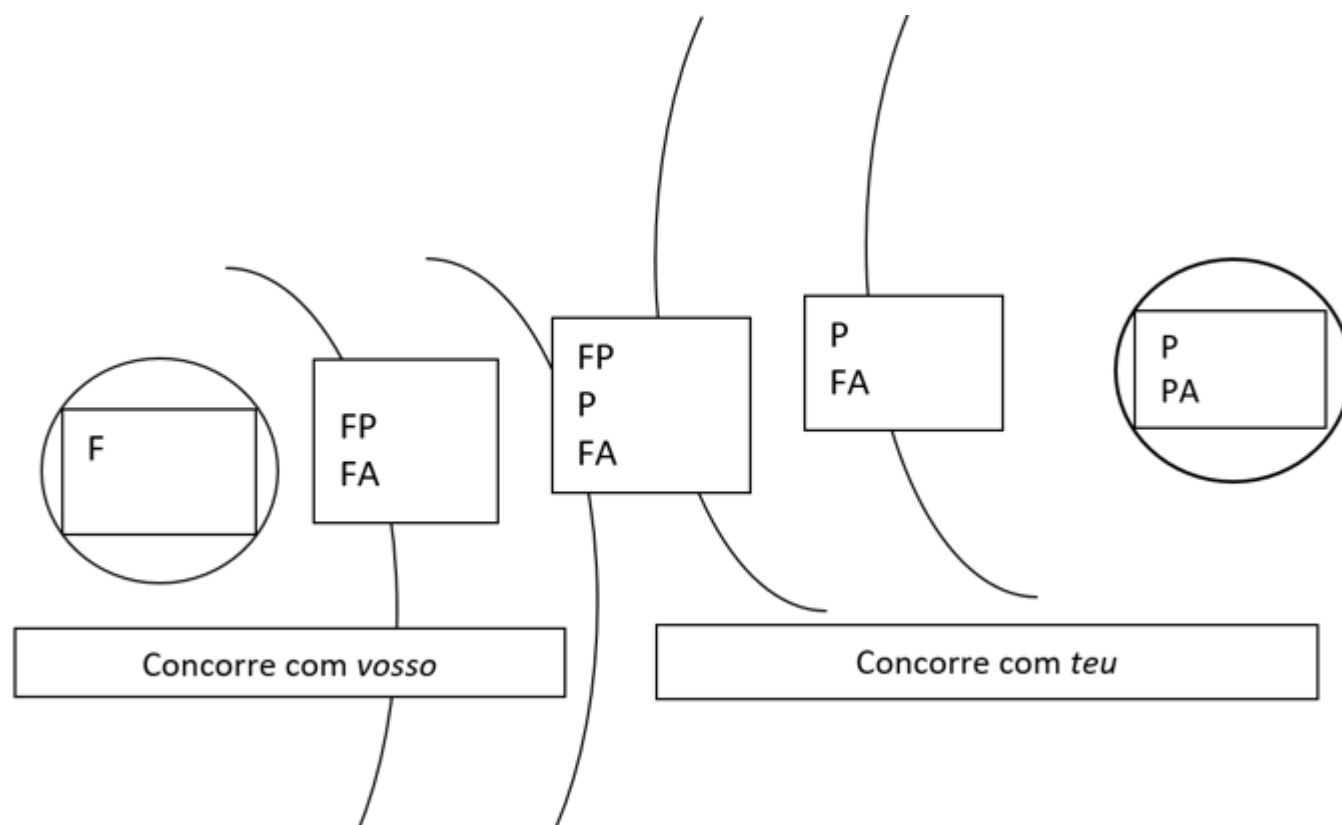
233) que a língua pode revelar essa identidade histórica e cultural do grupo.

Nota-se que, mesmo que possa ser vista como inovadora na perspectiva dos estudos da História Social da linguagem, nossa proposta, especialmente no que tange a perda de propriedades mais formais e ganho de propriedades menos formais, encontra ecos em fenômenos já observados anteriormente por outros autores. Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) atestaram preferência em PB pela realização de formas que implicam menor formalidade de tratamento, em que prevalecem não apenas a perda de formalidade, mas ainda ganho de intimidade.

Um sinal de manifestação do modelo cultural da cordialidade se daria, então, pela movimentação de elementos que migram da expressão de propriedades mais formais para menos formais, para o uso em contexto de maiores pessoalidade e afetividade, o que, como vimos, é uma aplicação do modelo de Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). Retomando Hopper (1991), Hopper e Traugott (2003) e Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), a mudança pode ser concebida então como gradação de propriedades, acrescentadas ou excluídas, que distinguem o item central (prototípico) do periférico (variante).

Na Figura 9, é possível visualizar essa proposta de modulação de *seu* na posição de 2ª pessoa e do fenômeno de variação/mudança envolvendo *teu/seu* e *vosso/seu* a partir da perspectiva de perdas e ganhos gradativos de propriedades semânticas associadas às formas de tratamento:

Figura 9 – Modulação do contexto de *seu* no uso de 2ª pessoa



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A partir da mesma classificação ilustrada nas figuras anteriores, agora, na Figura 9, temos a representação da gradação semântica relacionada a perda e ganho de propriedades semânticas no contexto de ocorrência do possessivo *seu*, nos termos de Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), como anteriormente interpretado na Figura 2. Em outras palavras, nota-se no contexto ganho de propriedades semânticas que distanciam *seu* do item central (prototípico) no processo de variação/mudança.

Poderíamos, assim, falar de um primeiro momento de concorrência em que *seu* é como uma modulação de *vosso*, cujo contexto semântico prototípico estaria representado no círculo à esquerda; e, em um segundo momento, torna-se modulação de *teu*, cujo contexto prototípico estaria representado no círculo à direita, pois a propriedade semântica (pessoalidade) que conduz a forma possessiva *seu* de 3ª pessoa para o uso como 2ª pessoa parece

gradativamente conduzi-la também da concorrência e suplantação de *vosso* à concorrência com a forma *teu*.

Pensando ainda na prototipicidade, poderíamos questionar se ao usarmos *seu* sempre há manifestação de todas as propriedades ou se o que ocorre é um tipo de apagamento de eventual distância hierárquica e incremento da pessoalidade. A Figura 9 ilustra a resposta a essa questão. Não necessariamente todas as propriedades coocorrem. A análise qualitativa dos dados indica que *seu* passa ser a opção preferencial de pronome em uso de 2ª pessoa em situações de maior ou menor formalidade (textos 1 e 2) e em situações de maior pessoalidade (textos 2 e 3). Percebe-se que essa evidência apoia um caminho de “pessoalização” do pronome de 3ª pessoa: a maior incidência do uso da forma *seu* cooptada para a 2ª pessoa é um caminho do público em direção ao privado.

Na concorrência que *seu* estabelece com *teu*, a qual observamos especialmente no texto 3, está a concorrência, entre os pronomes, pela preferência de uso em contexto de maior pessoalidade, mas também, de maior afetividade, posto que a análise dos três textos estudados caracteriza o contexto de uso da forma *teu* como não apenas mais pessoal, mas também mais afetivo. Apesar disso, os dados não asseguram que o pronome se torna mais afetivo.

Outra pergunta que se pode colocar é se a forma *teu* também será suplantada por *seu*, em 2ª pessoa. Na perspectiva da análise cognitivo-cultural proposta a resposta seria provavelmente negativa, salvo se outros fatores de ordem sociológica passarem a atuar. Afinal, se o fator motivador da variação/mudança observado é a cordialidade, na forma de suas propriedades semânticas, onde e quando *teu* conservar tais propriedades continua a prevalecer a cordialidade como conceptualização cultural, como observado por Scherre *et al.* (2015) nas regiões em que *teu* é usado.

Concluimos que a análise realizada se mostrou compatível com a hipótese proposta e atesta que os fenômenos de variação/

mudança no uso dos pronomes possessivos de 2ª pessoa relacionados às formas de tratamento do PB podem ser concebidos como motivados por um modelo cognitivo-cultural.

A conceptualização relevante é, como visto durante nosso percurso neste trabalho, a cordialidade percebida como modelo cultural – ou seja, há mudanças linguísticas associadas a processos cognitivos de reconhecimento de parceiros culturais, como dirá Labov (2010) – e como fruto da escolha do falante por uma forma culturalmente mais aceita, como em Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). A análise dos textos, enfim, apoia nossa tese: à medida que a forma *seu* é cooptada para a 2ª pessoa, tornando-se mais produtiva e concorrente com *teu*, perde formalidade e ganha pessoalidade e afetividade, tornando-se “cordial”.

A partir dessa proposta, uma das questões relevantes é se o caminho da formalidade para a informalidade é “natural” ou se, nas palavras de Abraçado⁶⁶, “à medida que [o termo] se populariza, perde a força”. A essa questão propomos a reflexão seguinte: estamos apontando não apenas “perda de força”, entendida como perda de formalidade, mas também ganho semântico. Além disso, descrevemos um percurso de mudança específico, mas que a popularização ou, mais tecnicamente, o espraiamento da forma num uso determinado, se deu pela influência da conceptualização cultural, quer dizer, os falantes implementam a mudança para se adequar a um modelo cultural.

66 Observação feita durante a banca de qualificação desta tese em 28/2/2020.